

FRANÇA

As massas já começam a perceber que suas reivindicações se chocam com o apoio francês à guerra na Ucrânia!

PELA VITÓRIA DAS MASSAS E DERROTA MILITAR DA OTAN!

REFORMA SINDICAL

*Um passo para a
completa estatização
dos sindicatos
e subordinação
das Centrais à frente
ampla burguesa*

**Balancos das
convenções
do Sinpeem
e da Apeoesp**

BRASIL

**O governo Lula
capitula diante das
contrarreformas
O capital financeiro
festeja o Arcabouço
Fiscal**

*É preciso de um movimento
nacional e unitário.
Derrotar politicamente as
direções governistas e impor
a elas o caminho da real
independência de classe diante
de Lula/Alckmin.*

**OPOSIÇÃO REVOLUCIONÁRIA
AO GOVERNO LULA/ALCKMIN!**

*Somente assim é possível fazer a verdadeira
defesa dos salários, empregos e direitos!*

As contradições objetivas empurram as massas para luta, no mundo e no Brasil

As mais diversas manifestações da luta de classes em toda parte expressam as profundas tendências que brotam no interior das massas, fruto das contradições objetivas do capitalismo em sua fase última, de decomposição, e metido numa crise econômica que não dá sinais de que possa ser contornada em um curto prazo. As forças produtivas, que puderam se recompor por décadas após a grande destruição da 2ª guerra mundial, mostram o esgotamento desse processo, que se manifesta na redução e tendência à estagnação/recessão gerais da economia mundial, desde meados dos anos 2000.

Essas lutas que se expressam em greves, grandes protestos e manifestações, e principalmente, a guerra, ainda que em diversos países e por diversas causas, assim como as tendências de ataques às condições de vida e trabalho das massas em favor do parasitismo do capital financeiro, têm um elemento geral em comum. Esse elemento é o profundo retrocesso da participação das potências imperialistas na produção industrial e agrícola mundial, em contradição com o avanço econômico principalmente da China, e, em menor grau, da Rússia pós Ieltsin. Conforme afirmara Lenin, na época do imperialismo, o crescimento das forças produtivas só pode acontecer em um país ou região à custa do retrocesso dessas mesmas forças em outras partes. O salto chinês, de ocupar 5% da indústria mundial há duas décadas, para os atuais 31%, se deu à custa da retração industrial nos EUA, Europa e Japão. Particularmente os EUA, despencaram, dos 42% do pós 2ª guerra, para os atuais 15%. A Europa pouco acima disso, e o Japão caiu a 5%. A tendência à desindustrialização corresponde à montanha de capital financeiro exportado, isso Lenin já tinha previsto.

Os profundos ataques às condições de vida e trabalho das massas, de forma a desviar recursos para o sustento do parasitismo financeiro, esmagam ainda mais esse elemento constituinte das forças produtivas, a força de trabalho. As medidas dos governos, no sentido da precarização da força de trabalho e da eliminação de direitos, somente servem de paliativos diante da dinâmica da crise mundial.

Para o imperialismo, é preciso destruir as forças produtivas chinesas e russas. Essa liquidação abriria fôlego para a reconcentração de mercados e capitais nas mãos das potências capitalistas, e abririam uma nova fase

Na Europa, as necessidades dos gastos militares e de sustento do capital parasitário levam os governos a atacar as massas. A reforma da Previdência na França, que foi imposta ditatorialmente por cima do parlamento, enfrenta a resistência das massas, que já começam a perceber que suas demandas se chocam com o apoio francês à guerra na Ucrânia.

de recomposição, semelhante à do pós 2ª guerra mundial. Por isso, formam-se os cercos militares, de um lado, sobre a Rússia, pela OTAN; de outro, sobre a China, por uma aliança ainda não formalizada entre os EUA, Japão, Austrália, Coreia do Sul e Filipinas. A guerra na Ucrânia foi a resposta da burocracia russa ao fracasso de suas manobras diplomáticas, que pretenderam conter o avanço do imperialismo sobre suas fronteiras. Os EUA, sob as bandeiras da OTAN e da ONU, lideram uma frente de 32 países contra a Rússia. Usam a Ucrânia como um enclave

militar, alimentando-a com o maior volume de armas já juntado na História contra um só país. A defesa das economias nacionalizadas pelas revoluções proletárias obriga a defender a derrota militar da OTAN na Ucrânia, sem apoiar os métodos burocrático militares, nem o governo de Putin.

O cerco à China tem por meta primária a separação de Taiwan do país. As provocações dos EUA são várias. A China se vê espremida entre a necessidade de preservar a unidade territorial e ao mesmo tempo as relações comerciais com o mundo todo. Não pode formalizar sua aliança militar com a Rússia, embora os exercícios militares conjuntos o atestem. Mas os EUA não podem permitir que a rota histórica de sua desintegração econômica e avanço chinês se completem. Tem de atacar, mais cedo ou mais tarde, seu maior adversário no plano mundial. Tudo indica que fracassará na Ucrânia, e isso fecha as portas do Oeste chinês. O deslocamento de porta-aviões e demais forças militares para a região vai acumulando elementos de guerra.

O Oriente Médio e a África têm dado passos para maior aproximação econômica com China e Rússia. O que obriga os EUA a contestarem a reforma judicial de Netanyahu em Israel, de forma a não agravar as contradições com os países árabes. Irã e Arábia Saudita fecham acordo, à margem dos EUA. Os países africanos se endividam com a China e fecham negócios com os russos.

Na Europa, as necessidades dos gastos militares e de sustento do capital parasitário levam os governos a atacar as massas. A reforma da Previdência na França, que foi imposta ditatorialmente por cima do parlamento, enfrenta a resistência das massas, que já começam a perceber que suas reivindicações se chocam com o apoio francês à guerra na Ucrânia. Na Alemanha e Inglaterra,

os movimentos se levantam contra a inflação que corrói os salários, e parte já se coloca contra a guerra. Outros países também são palco dessas lutas.

Na América Latina, onde os chineses têm avançado em acordos comerciais e investimentos nos setores estratégicos, a alta do custo de vida, a precarização profunda do trabalho, a miséria, o desemprego e a fome levam as massas às ruas. A resistência ao golpismo no Peru, as manifestações de massas na Bolívia, etc. tudo isso aponta para as mesmas tendências gerais mundiais.

E por que no Brasil as massas ainda não se movimentam? Apesar de alguns movimentos isolados (greves no metrô/SP e MG), a grande maioria dos movimentos está contida pelas direções que, na sua quase totalidade, apoiam aberta ou criticamente o governo Lula/Alckmin, e não quer movimentos que se levantem contra ele e suas medidas. O pretexto mais utilizado é a necessidade de estar ao lado do governo contra as “ameaças fascistas”. Essas, que não puseram o pé fora de casa no dia 31 de março, para defenderem o golpe militar. Em nome

desse pretexto, atuam contra as tendências de luta que possam vir a se manifestar.

Dessa forma, a real independência de classe acaba sendo uma condição para a defesa consequente das reivindicações das massas. Ou se está apoiando um governo burguês de Lula /Alckmin, montado sobre uma frente ampla burguesa e apoiado pelo imperialismo de toda parte, governo que por seu caráter tem de atacar as massas, como o faz quando fixa o salário mínimo de fome para este e para o próximo ano; ou se defendem as reivindicações, que se chocam com esse governo, e por isso só podem ser defendidas em oposição a ele. É por meio da real independência de classe, a ser defendida em cada movimento e organização, que poderemos dotar as massas de unidade para enfrentar a burguesia e todos os seus governos. A subordinação da defesa das reivindicações à unidade governista colabora para a derrota dos explorados diante dos exploradores. Traduzimos a necessidade da real independência de classe como “Oposição Revolucionária ao Governo Lula/Alckmin”. ●

NACIONAL

Lula/Alckmin já fixou o salário mínimo de fome de 2024

Não bastasse que Lula impôs às centrais e aos assalariados o salário mínimo de R\$ 1.320,00 a partir deste 1º de Maio, já anunciou que somente será reajustado em 5% para o ano que vem. Ou seja, possivelmente, menos que a inflação, ou no seu índice.

O salário mínimo é a única fonte de sobrevivência de milhões de assalariados e aposentados. A sua preservação nesse valor miserável impõe à maioria as condições de miséria. O governo Lula/Alckmin prova seu

compromisso com os capitalistas que exploram a força de trabalho e com os parasitas do capital financeiro, que ficam com o grosso da arrecadação de impostos e que seriam afetados com o aumento do gasto governamental com as aposentadorias.

A defesa da vida das massas passa pela defesa de um salário mínimo vital, calculado pelas assembleias dos explorados, que seja suficiente para alimentar uma família de 4 pessoas. O DIEESE estima que esse valor seria

de pelo menos R\$ 6.500,00. E teria de haver uma correção automática de acordo com o aumento de preços, para acompanhar a inflação real.

Os dirigentes sindicais afirmam que não é possível que se pague isso. Mas, se os capitalistas não são capazes de alimentar aqueles que exploram, que se vão eles e o capitalismo, que os explorados podem dirigir as empresas e produzir de acordo com os interesses da maioria explorada, e não os dos parasitas. ●

Lula foi à China e voltou com 15 acordos diretos e 20 comerciais

A visita de Lula à China repercutiu mais pelo que falou do que pelo que de fato discutiu e fez acordo com os chineses. Os 15 acordos governamentais e os 20 acordos comerciais vão revelar o que de fato se concretizou.

Quanto aos acordos governamentais, estiveram focados em PPPs (parcerias público privadas), infraestrutura e captação de recursos. São acordos na área de telecomunicações, cooperação espacial, investimento e cooperação industrial, combate à fome e pobreza, requisitos sanitários de comércio de carnes.

Os acordos comerciais foram de financiamento de empresas de carne, energia renovável, compra de veículos elétricos pelo Brasil, revitalização da Usina de Itaipú,

modernização dos Correios, construção de navios, crédito para mineração no Brasil, parceira entre a Odebrecht e empresa chinesa de infraestrutura, expansão da rede 5G no Sul, comercialização da vacina oral contra o neocoronavírus, energias renováveis. Como se pode ver, atende a interesses de oligarcas brasileiros (Odebrecht, Seara, Friboi), permite investimento e financiamento onde os capitais ocidentais não se interessam (Revitalizar Itaipú, financiar agronegócio, ampliar telecomunicações e modernizar Correios), e regulamenta certas exportações à China. Nada de muito contraditório com os interesses dos EUA. Mas amplia o investimento de capital chinês e reforça a transferência de mais-valia para lá, pois apro-

funda a exportação chinesa de manufaturados e serviços tecnológicos, e a importação de matérias-primas produzidas no Brasil.

Apesar de o governo Lula/Alckmin ser pró-imperialista, tem de expressar as necessidades de setores da burguesia nacional oligárquica, quando estes não se chocam abertamente com os interesses dos EUA. A China se aproveita de toda chance de ampliação de seus negócios, e vai ampliando sua influência sobre o Brasil. Faz o mesmo no continente. Como a economia ianque não avança, vai permitindo que a China progrida em sua área de influência.

Para os explorados, qualquer que seja o patrão, vão sofrer com a exploração da sua força de trabalho. A conquista da soberania nacional não virá por meio de um governo burguês, qualquer que seja ele. Para ser soberana, a nação tem de controlar os principais ramos econômicos de seu país. Isso depende da expropriação sem indenização dos grandes meios de produção e do capital financeiro, com controle operário sobre eles. A soberania nacional será obra da revolução proletária, e não de qualquer governo burguês. Nem com a aproximação subordinada a um estado operário degenerado. ●

O ARCABOUÇO FISCAL É CELEBRADO PELO MERCADO FINANCEIRO. A QUEM SERVE?

Em 2017, o governo Michel Temer impôs o Teto de Gastos, que determinava que o governo só poderia gastar em cada ano aquilo que gastou no ano anterior, corrigido pela inflação. As direções sindicais passaram a apelidar essa medida de “Teto do Fim do Mundo”. Bolsonaro a descumpriu nos 4 anos de seu governo, tendo despendido mais de R\$ 800 bilhões a mais do que o estipulado.

O ministro da Fazenda do governo Lula/Alckmin, Fernando Haddad (PT), elaborou um projeto para substituir o Teto de Gastos, inicialmente chamado de Âncora Fiscal. O nome era bem apropriado, porque funcionava como uma âncora que não deixava o “navio” da economia nacional zarpar. O Brasil tem uma economia capitalista atrasada, depende muito do principal investidor, que é o Estado. Se o Estado não gasta, não investe, a economia tende a travar.

Na sua essência, o “Arcabouço Fiscal”, novo nome do projeto, impõe uma redução gradual de gastos públicos. O objetivo é reduzir a 0,5% a diferença entre o que foi gasto e o que foi arrecadado, passando para 0% no ano seguinte, e subindo para 0,5% e 1%, de forma a garantir aos parasitas da dívida pública que o governo lhes sustentará. Para isso, o governo só poderá aumentar seus gastos em 70% do aumento da arrecadação, sendo que esse valor ainda deverá

estar entre 0,6% e 2,5%, que é o limite superior do aumento dos gastos. Logo, vai ficar abaixo da inflação. Ou seja, menos que o estabelecido no “Teto do Fim do Mundo”. Para se ter uma ideia, estima-se que seriam gastos pelo governo menos R\$ 64 bilhões em cada um dos últimos 5 anos.

Daí a festança no mercado financeiro. O projeto foi enviado ao Congresso Nacional. Todas as medidas que sejam emendas ao projeto deverão se limitar ao seu esqueleto, que é o da redução gradativa de gastos públicos. Esse projeto é o núcleo da política econômica do governo, e é recessivo.

Menos investimento público significarão menos empregos, menores salários, menos verbas para os serviços sociais públicos, mas a garantia aos parasitas dos recursos públicos.

A defesa das reivindicações gerais e particulares das massas, por meio da luta de classes, vai chocar-se com as políticas governamentais e assim poderá impor o não rebaixamento dos gastos com os serviços sociais públicos. Para isso, é preciso de um movimento nacional e unitário. Derrotar politicamente as direções governistas e impor a elas o caminho da real independência de classe diante de Lula/Alckmin. ●

O governo Lula capitula diante das contrarreformas

O Governo do PT retornou ao governo federal, após a aprovação de significativas contrarreformas e medidas de ataques às massas: 1) PEC do Teto de Gastos, em 2017; 2) Reforma trabalhista, de 2017, incluindo a terceirização irrestrita; 3) Reforma do Ensino Médio, também em 2017; 4) Reforma da Previdência, em 2019; 5) Privatizações da Eletrobrás, BR Distribuidora, Companhia Docas do Espírito Santo, etc.

Qual tem sido a postura do Governo em relação a estas contrarreformas e medidas? O que elas dizem sobre o governo? Vejamos:

1) PEC do Teto de Gastos: é importante lembrar de que o Teto de Gastos não foi cumprido em nenhum dos anos posteriores à sua aprovação, tamanhas as restrições que impunha. O Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou o Arcabouço Fiscal em sua substituição.

A medida tem os mesmos objetivos do teto dos gastos, que são a “austeridade”, e a manutenção do superávit primário (gastar menos do que arrecada) para pagar os juros da dívida pública;

2) Reforma Trabalhista: durante a campanha eleitoral, Lula deixou claro que não alteraria a Reforma Trabalhista, apenas mudaria alguns aspectos dela, principalmente o retorno do imposto sindical, ainda que sob nova forma, e uma regulamentação dos trabalhadores de aplicativo. Desde o início do governo, circula nas centrais sindicais um documento que significa uma verdadeira Reforma Sindical, que visa a estatizar os sindicatos, e tem entre outras medidas o retorno do imposto sindical;

3) Reforma do Ensino Médio: após uma campanha dos movimentos dos trabalhadores da Educação e estudan-

tis pela revogação do Novo Ensino Médio, o Governo Lula decidiu suspender a medida. O Ministro da Educação, Camilo Santana, em diversas oportunidades, afirmou que a medida não será revogada, mas que é passível de alterações pontuais;

- 4) Reforma da Previdência: em nenhum momento, nem durante a campanha eleitoral, nem durante o governo, houve qualquer declaração ou iniciativa sobre a revogação da Reforma da Previdência;
- 5) Privatizações: em nenhum momento durante as eleições, ou após assumir o governo, foi falado em reestatizar a BR Distribuidora ou a Companhia Docas do Espírito Santo. Sobre a Eletrobrás, a maior privatização dos últimos anos, Lula anunciou que tem interesse em voltar a controlar a gigante do setor de energia, no en-

tanto, até o presente momento, nada de concreto foi realizado neste sentido.

Como se vê, a postura do Governo Lula diante das contrarreformas recentes é de completa capitulação. Evidência, assim, o caráter entreguista e de incapacidade de defesa da vida das massas.

Os movimentos sociais, sindicatos, entidades estudantis, etc. precisam tomar em suas mãos as tarefas de derrubada de tais medidas, que constam em suas pautas de reivindicações. Para isto, precisam superar as ilusões de que o governo federal é “seu” governo, porque somente com independência política dos governos burgueses se é capaz de defender de fato as reivindicações imediatas e, com os métodos da ação direta, avançar na luta pela revogação das contrarreformas! ●

Lutar pela estatização da AVIBRÁS para manter os empregos e a tecnologia no país

A AVIBRÁS – que é a segunda maior empresa nacional da indústria bélica, atrás apenas da Embraer – está em recuperação judicial há um ano. A empresa, que foi fundada em 1961 e produz mísseis, lançadores de foguetes, blindados, sistema de comunicação por satélite e drones militares, é uma das poucas que resistiu ao processo de desindustrialização, que atingiu em cheio o setor bélico nacional, a partir dos anos 1990. Apesar do recuo, segundo dados de 2021 do Ministério da Defesa, a indústria bélica representa ainda 4,46% do PIB.

Diante da crise, cogita-se a venda para o capital estrangeiro, já que as empresas Rheinmetall (Alemanha) e Edge Group (Emirados Árabes) estão interessadas na aquisição.

A própria diretoria da empresa anuncia que o maior risco da venda da AVIBRÁS para empresas estrangeiras é o de que a compradora se aproprie da tecnologia acumulada, feche a empresa no país, e leve a planta para o exterior.

As principais Centrais Sindicais do país (CUT, CTB, Força Sindical, UGT, NCST, CSP-Conlutas, etc.) assinaram um Manifesto, no dia 11 de abril, defendendo que, diante da ameaça de desnacionalização da empresa, é necessária a “intervenção do governo federal no sentido de proibir a venda dessa indústria. Também é necessário defender o emprego dos 1,4 mil trabalhadores, assim como garantir o pagamento dos salários atrasados”. Como se vê, não levantam a necessária bandeira

de estatização da empresa pelo Governo Federal.

Por sua vez, o Sindicato dos Metalúrgicos de SJC e Região, dirigido pelo PSTU, tem levantado a bandeira de estatização da empresa pelo Governo Federal. Um passo além diante da posição unitária das Centrais Sindicais, no entanto, omitem o método que tornará esta bandeira realizável, já que não expõe que somente por meio dos métodos da ação direta a empresa será estatizada.

Em defesa dos empregos, salários e da soberania nacional!

Pela estatização da AVIBRÁS, sob o controle operário, pelo método da ação direta! ●

Governo Lula mantém o PPI, política entreguista e antinacional

No início de abril, o Ministro das Minas e Energias, Alexandre Silveira, anunciou que a Petrobrás iria encerrar a política de preços conhecida como Preço de Paridade de Importação (PPI), que determina que os preços dos combustíveis no Brasil sigam os preços dos barris de petróleo no mercado mundial, em dólar. Segundo o Ministro, seria instituída uma política de preços a considerar o custo de produção, em Reais.

Logo no dia seguinte, o Presidente Lula declarou à imprensa que foi pego de surpresa, e desautorizou as declarações do Ministro, afirmando que, no momento, o governo não discute o fim do PPI e que “*enquanto o Presidente da República não convocar o governo para discutir, a gente*

não vai mudar o que está funcionando hoje”.

Tudo indica que, quando a discussão interna ocorrer, o governo tomará como critério central a conciliação com os interesses dos acionistas estrangeiros, por exemplo, utilizando parte dos dividendos que o governo recebe da Petrobrás para subsidiar o preço interno, medida inclusive estudada pelo governo Bolsonaro.

Para piorar o quadro para o Governo Federal, a OPEP+, que reúne os principais países exportadores de petróleo, anunciou, no início de abril, que, a partir de maio, haverá redução da produção de petróleo em mais de 1,6 milhão de barris por dia, o que deve elevar os preços no mercado mundial. Isto, ao mesmo tempo que o Governo Federal

não conta mais com o controle da BR Distribuidora, que foi completamente privatizada em julho de 2021, com a venda de ações para a Vibra Energia. Dados do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, de maio de 2022, mostram a concentração no setor, já que a Vibra Energia controla 27,7% da venda de diesel no país, seguida pela Ipiranga (19,4%), e Raízen (18,4%).

Os Sindicatos Petroleiros, as Federações e Centrais Sindicais vêm denunciando que o PPI é uma política que beneficia os acionistas (maior parte de fora do país) e as

empresas importadoras de derivados dos combustíveis, em detrimento dos interesses nacionais e dos trabalhadores, de forma que a medida do governo de manter o PPI e de não reestatizar a BR Distribuidora evidencia o seu caráter entreguista e antinacional.

A política operária é de reestatização da Petrobrás e das subsidiárias privatizadas, sem indenização, e controle operário, que determinará os preços de acordo com as necessidades da maioria oprimida, não das multinacionais! ●

TRABALHO TERCEIRIZADO RESULTA EM DESTRUIÇÃO DE FORÇAS DE TRABALHO

A terceirização é a contratação de serviços para substituir o assalariado efetivo. Pretende-se reduzir o tempo, os custos e a burocracia gastos para a realização das tarefas, e, consequentemente, favorecer a competitividade entre as empresas. O chamado “colaborador”, que vende a sua força de trabalho, para seu sustento; o prestador de serviços, que contrata a mão-de-obra do trabalhador; e a tomadora de serviços, que por sua vez contrata os serviços da prestadora, para que esta realize as atividades por meio da empresa, aquelas consideradas menos essenciais na atividade fim, como contratação de serviços especializados em faxina, vigilância dentre outros.

Em 2017, no governo de Michel

Temer/MBD, são consolidados os serviços de terceirização relacionados com a atividade fim, com o “aperfeiçoamento do serviço” e com a obtenção de “resultados melhores” (para quem?). Diante do exposto, entende-se que a terceirização passou a ser um método, o qual as empresas utilizam para gerar mais lucro e aumentar a competitividade. Tem como uma das consequências principais a precarização das condições de trabalho dos explorados, ou seja, menores salários, em relação aos contratados diretamente pela tomadora, jornadas de trabalho excessivas, dentre outros benefícios, que não são concedidos aos terceirizados.

Essas são as condições de trabalho hoje da maioria dos explorados, que necessitam vender sua força de trabalho para sobreviverem. Por formar exércitos de força de trabalho, ficam submetidos às condições precárias de contratações de trabalho, sendo intermitente (modelo de vínculo de emprego que ocorre de forma não contínua, e tais períodos de atividade são determinados em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade). Essa modalidade de contrato de trabalho foi regulamentada pela Lei 13.467/2017, na reforma trabalhista. A partir da convocação realizada pelo empregador, o trabalhador intermitente atende ou não ao chamado, e, prestando o serviço, é remunerado por esse período de atividade, acompanhado do pagamento proporcional de direitos trabalhistas, tais como remuneração de férias, 13º salário, além do depósito do FGTS devido, e contribuição para a Previdência Social).

Ao ler o significado desta forma de contratação, pode-se entender que o trabalhador tem liberdade para exercer a função quando quer. Não é isso que ocorre com quem necessita trabalhar, muitos trabalhadores estão encontrando apenas esta contratação de trabalho, a qual pode ser de curta ou longa duração no contrato. Contratações intermitentes por longos períodos de trabalho, não sendo consecutivos, para quem vive necessitando da oferta de emprego, significa não ter direitos à Previdência pública, seguro desemprego, FGTS e outros direitos conquistados, que contribuem para a sobrevivência.

O trabalho terceirizado foi consolidado no Brasil em uma conjuntura em que a desindustrialização avança, destruindo milhões de empregos (força de trabalho) mundialmente, submetendo-os a não receberem os direitos, como 13º, férias, FGTS... e implorar por permanecerem com o trabalho, mesmo sabendo que a empresa poderá não pagar os direitos conquistados e na condição de trabalho semi escravo em que, neste ano, já foram encontrados mais de 900 pessoas submetidas a esta degradação.

Nos serviços públicos, o Estado realiza contratos com empresas que oferecem baixo custo, sendo essas, em grande parte, fraudulentas, que contratam funcionários pagando baixíssimo salário, aplicam contratos de 4 horas, aprovado também na reforma trabalhista, e não honram com os compromissos de pagar salário mensal, vale transporte, alimentação ou refeição, e até mesmo os insumos para realizarem a limpeza. ●

FOLHETO

Inviabilidade da

DEMOCRACIA

BURGUESA



“ Nas semicolônias assim como nas metrópoles, o fascismo e a democracia são duas manifestações da ditadura da classe da burguesia ”

EDIÇÕES

O internacionalista

Adquira com nossos militantes!



PPRI

**Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista**

*ppri.partido@proton.me // corren-
tesindicalmarxistagloria@proton.
me // csmlora.sinpeem@proton.me
// correnteestudentilmarxistagloria@
proton.me*

MANIFESTO 1º DE MAIO

Nenhuma conciliação com os capitalistas e seus governos!

Por um 1º de maio para organizar, unificar e centralizar a luta pelas reivindicações que respondem ao agravamento da miséria, do desemprego, da destruição de direitos, do entreguismo, e de toda forma de opressão

A que ponto chegamos?

As massas oprimidas chegam a este 1º de maio de 2023 suportando uma gigantesca carga de opressão. Nos últimos anos, os salários tiveram seu poder de compra corroído pela alta dos preços (inflação). O salário mínimo é de fome, com Lula/Alckmin, como era com Bolsonaro. Os empregos com carteira assinada foram reduzidos em todos os setores da economia. A precarização do trabalho se expandiu como nunca, metade dos assalariados está sob formas de exploração do trabalho sem regulamentação, sem direitos, com salários ultrarrebaixados e condições de trabalho extenuantes e até mesmo perigosas à saúde. O investimento público desabou, eliminando potenciais milhões de postos de trabalho. O preço dos aluguéis disparou, tornando impossível morar sob um teto, para milhares de famílias. Não existe disposição dos governos em resolver o problema da falta de moradia popular. Os milhões de sem-terra continuam à míngua nas beiras das estradas, e nada de acesso às terras, produtivas ou improdutivas. Se ocupam terras largadas e usadas somente para especulação, logo vem a ordem judicial, a polícia e o bando de fazendeiros armados para expulsá-los. O funcionalismo público amarga congelamentos salariais e piora das condições de trabalho, enquanto os membros do alto escalão ganham fortunas. A população das periferias das cidades é esmagada e assassinada pela repressão policial. Ou sofre com as guerras de quadrilhas vinculadas à burguesia marginal, que manda no narcotráfico e contrabando. A juventude não tem perspectivas, pois a escola está falindo e não existe emprego para que possa trabalhar. Menos ainda lazer, que quando existe ainda sofre a repressão policial. As mulheres são vítimas de cada vez mais violência e discriminação, apesar das leis de proteção. Os negros sofrem com o racismo permanentemente, seja no trabalho, nas ruas ou onde moram. São os que ganham menos, têm menos acesso a tudo, são os mais assassinados, e os que morrem mais cedo. A violência contra qualquer variação sexual que não seja a

As massas oprimidas chegam a este 1º de maio de 2023 suportando uma gigantesca carga de opressão.

admitida formalmente pelo reacionarismo da classe dominante é escancarada, e age sem qualquer restrição. Os idosos veem seus direitos serem cada vez mais atacados, exigindo-se deles cada vez mais anos de trabalho e cada vez maior distância da justa aposen-

tadoria. O sistema de saúde cada vez mais sucateado e privatizado não é capaz de preservar a vida das massas, como se escancarou durante a pandemia. O elitismo e o privatismo avançam no interior das universidades, precarizando o ensino e a permanência estudantis, e liquidando com a pesquisa.

Quem se beneficia e mantém a miséria?

Enquanto isso, o capital financeiro é protegido de todas as formas. Mesmo diante da crise econômica mundial, iniciada em 2008 e até hoje não superada, com seus momentos de maior agravamento ou não, os rendimentos dos parasitas da dívida pública são preservados. O capital financeiro continua realizando lucros, de várias formas, apesar do empobrecimento geral das massas assalariadas. Com governos reformistas, de direita, ou de extrema direita, todos os governos burgueses agem para fazer com que os capitalistas mantenham seus lucros, mesmo com a economia retrocedendo. As medidas governamentais atacam as condições de vida, de trabalho e de direitos das massas, tudo para beneficiar a burguesia, de dentro e de fora do país. A crise do capitalismo em decomposição é despejada sobre as massas.

O proletariado está lutando no mundo. Nossa luta é internacional!

Também acontece o mesmo, com suas particularidades, no mundo todo. A guerra da OTAN contra a Rússia, na Ucrânia, reflete no mundo todo com aumento de preços generalizado. Os países da OTAN, com os Estados Unidos à frente, buscam destruir as conquistas da revolução proletária na Rússia e na China, que são as economias estatais sob controle dos Estados Operários,

ainda que degenerados pelas burocracias estalinistas ditatoriais e venais. Para isso, gastam bilhões em armamentos, reunindo a maior aliança militar já existente, enquanto impõem medidas de cortes de gastos com a aposentadoria e rebaixam os salários. As lutas das massas na França e na Alemanha apontam para o choque com a política de guerra dos seus governos. As bandeiras de “Nenhum centavo mais para a guerra da OTAN contra a Rússia”, “desfiliação do país da OTAN e sua dissolução”, “derrota militar da OTAN” são concretas para as massas que se levantam por suas reivindicações próprias. São bandeiras que expressam a unidade internacionalista do proletariado de todos os países contra a burguesia mundial. Não apoiamos os métodos burocrático-militares da Rússia e da China, nem seus governos ditatoriais burocráticos. Mas estamos ao lado desses países contra a burguesia mundial, o imperialismo. Qualquer vitória do imperialismo em qualquer parte favorecerá a opressão nacional no mundo todo. Sua derrota o enfraquece mundialmente. Aqui, nossas lutas em defesa dos salários, dos empregos, dos direitos, e contra as privatizações e entreguismo ajudam a combater a base econômica do imperialismo, que é o capital financeiro internacional.

O que segura as massas para enfrentar os exploradores e seus governos com a mobilização?

O maior entrave para que defendamos as reivindicações com a luta de classes é a política de conciliação de classes das direções políticas. A grande maioria delas, hoje, está apoiando o governo Lula/Alckmin, o que faz com que os dirigentes das organizações das massas não

deixem que as mobilizações progridam e se choquem com as políticas burguesas, e com o próprio governo. Não há como o governo atender às reivindicações das massas, porque é um governo da burguesia, e a serviço do capital financeiro internacional. Diante da decomposição e crise mundial capitalistas, o governo burguês tem de proteger a burguesia, e assim tem de atacar as condições de vida e de trabalho das massas. A situação é a seguinte: ou se defendem as reivindicações, o que leva ao choque com o governo Lula/Alckmin e os capitalistas; ou se defende o governo e os capitalistas, e não as reivindicações.

(...) é fundamental a defesa da real independência de classe nos movimentos e organizações. O que leva necessariamente ao combate às medidas governamentais, e ao próprio governo. Assim como aos governos estaduais e municipais. E aos capitalistas, em seu conjunto.

O que defendemos?

Por isso, é fundamental a defesa da real independência de classe nos movimentos e organizações. O que leva necessariamente ao combate às medidas governamentais, e ao próprio governo. Assim como aos governos estaduais e municipais. E aos capitalistas, em seu conjunto.

Por isso, nossa defesa da unidade das massas neste 1º de Maio é da unidade ao redor das reivindicações, dos métodos da luta de classes, da real independência de classe e da luta internacionalista do proletariado contra o imperialismo, que é a burguesia mundial. É preciso construir a frente única antiimperialista, sob a direção e o programa do proletariado, para combater a burguesia nacional e internacional. Contra a conciliação de classes, promovida pelas direções, que desviam as massas e suas reivindicações para o campo das instituições da burguesia, o parlamento e a justiça burguesa, assim como para as negociações que acontecem no campo da destruição dos salários, dos empregos e dos direitos. ●

Por um 1º de Maio Internacionalista e Proletário! Com real independência de classe! De defesa das reivindicações com os métodos da luta de classes! De combate aos governos burgueses e à burguesia de dentro e de fora do país! De defesa das conquistas revolucionárias do proletariado mundial, contra a guerra promovida pelos países imperialistas e a OTAN! Pela unidade mundial proletária, todo apoio às lutas dos operários e demais trabalhadores na Europa e no resto do mundo! Pela derrota militar da OTAN na Ucrânia! Oposição revolucionária ao governo Lula/Alckmin! Erguer a luta de classes em defesa das reivindicações gerais e específicas das massas! Unificá-las sobre a base de uma plataforma unitária de reivindicações comuns! Construir o partido proletário revolucionário internacionalista, que ajude as massas a caminharem para a destruição revolucionária do capitalismo e construção do socialismo!



PPRI

**Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista**

contatos:

ppri.partido@proton.me
correntesindicalmarxistagloria@proton.me
csmlora.sinpeem@proton.me
correnteestudantilmarxistagloria@proton.me

SOBRE O PROJETO DE REFORMA SINDICAL

Um passo para a completa estatização dos sindicatos e subordinação das Centrais à frente ampla burguesa

Desde 1º de janeiro, circula nas Centrais Sindicais um documento Interno (*“Projeto de Valorização e Fortalecimento da Negociação Coletiva – Diretrizes e Estratégia para a Atualização do Sistema de Relações de Trabalho e do Sistema Sindical”*), a proposta da CUT, da Força Sindical e da UGT. Em 1º de março, reuniu-se o Fórum das Centrais, para debater pela primeira vez o documento. Participaram CSB, CSP-Conlutas, CTB, CUT, Força Sindical, Intersindical Central, NCST, Pública e UGT. A previsão é de que, em maio, se apresentará o projeto de lei para seu debate e aprovação no Congresso.

Fundamentos e conteúdo da “proposta”

Diz o texto que, nos acordos entre sindicatos e patronais, deverá prevalecer a *“convenção coletiva nacional/setorial sobre acordos por empresa”* e a *“obrigatoriedade do sindicato na negociação coletiva”*.

Quanto ao “Sistema Sindical”, se priorizará a *“organização vertical do sistema sindical: federação, confederação e central, definidas com autonomia”*, e se incentivará a *“agregação”* sindical acima da *“fragmentação”*. Criar-se-á ainda uma *“Coordenação entre os níveis de negociação – nacional, setorial, empresa – com regras para a revogação ou adequação das normas entre os níveis de negociação”*.

No ponto “Estratégia de Mudança”, durante o período de transição ao “novo Sistema Sindical”, criar-se-ia o denominado *Conselho de Autorregulação das Relações de Trabalho*, ou CART, que teria por fundamentos: **a)** debater junto às câmaras empresariais as mudanças propostas, **b)** garantir a unidade das centrais em prol do objetivo da criação e Leis ou emendas respectivas, **c)** estabelecer as formas organizativas correspondentes, e **d)** tratar do “financiamento” dos sindicatos e do próprio CART. Este organismo funcionaria como uma “agência autônoma”, mas vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). E teria por principais funções: **a)** auxiliar na “organização sindical”, **b)** “gerir” as relações trabalhistas de acordo com a lei aprovada e **c)** “regulamentar” as taxas negociais (contribuições sindicais).

Dito de forma simples: a “reestruturação” sindical e a criação do CART, para arbitrar e decidir sobre os Convênios Coletivos e as negociações entre sindicatos e patronato, cria mais um meio para avançar a estatização dos sindicatos e a sua integração à estrutura institucional burguesa na tomada de decisões.

Caráter e objetivos do CART

Três câmaras constituirão sua estrutura: uma de representantes “consensuados” entre as Centrais, outra de representantes do patronato, e uma terceira em comum, além de uma diretoria técnica. A presidência do CART será

“rodiziada” entre as três maiores centrais, enquanto sua vice-presidência entre as demais centrais. Quanto ao papel do Ministério, será o de verificar o cumprimento dos acordos aprovados e das normas legais, assim como solucionar possíveis conflitos entre partes.

A “Câmara dos Trabalhadores” seria formada por 30 entidades, com alteração em sua composição de 1/3 a cada ano, por meio de um *“sistema de escolha por credenciamento, critérios de habilitação”* e *“diversidade setorial”*. A “câmara empresária” estabeleceria sua própria regulação e representação. Quanto à Câmara “comum”, formada por representantes de cada Câmara e as entidades de base, funcionará como uma espécie de Conselho executivo para **a)** observar e arbitrar nas negociações coletivas; **b)** estabelecer as normas comuns para sua aplicação; **c)** solucionar os conflitos; **d)** “coibir práticas antissindicalistas”; **e)** velar pela resolução jurídica de acordos e conflitos; **f)** apresentar relatórios e informes ao governo; **g)** apresentar projetos de lei complementares ou emendas. Assim se evitariam a “dispersão” e a “fragmentação” da ação sindical, jurídica e legal das centrais e sindicatos, é o que se afirma.

Transição do “velho” ao “novo” Sistema Sindical

A transição do “velho” sistema sindical ao “novo” deverá passar por uma série de “etapas” a serem cumpridas em até 10 anos. Enquanto dure a “transição”, se propõem ajustes e adequações nas Leis respectivas, por meio de medidas complementares, a exemplo da adaptação das *“mudanças que ocorrem no mundo do trabalho”* ou da *“fragmentação e a pulverização da organização sindical e da representação coletiva”*, criando um novo marco legal e jurídico para essas questões.

Na transição, se avançará na **a)** criação de Comandos nacional, regionais ou setoriais, para prosseguimento e resolução das negociações coletivas; **b)** eleição e organização de representações nos locais de trabalho, surgidas dos “acordo coletivos” ao interior do CART. Destacam-se ainda as propostas de que: **a)** “Nenhum novo sindicato será criado a partir da fragmentação da base atual existente nos 3 primeiros anos”; **b)** se estimulará a chamada “agregação” (permanente ou conjuntural de entidades) visando a garantir uma “maior representatividade” nas negociações coletivas; **c)** possibilitar-se-á a fusão de entidades e sindicatos “menores”, criando uma nova entidade, assim como a “incorporação” de uma entidade na outra, para “maior representatividade”; **d)** legalizar e normatizar a figura jurídica do “Consórcio sindical” para as entidades compartilharem recursos e atribuições, com prazo mínimo de 4 anos. Federações e Confederações serão mantidas durante a transição, mas se orientará a sua “normalização jurídica” (fusão, agregação, etc.). Será função da “Câmara dos

(...) serão as maiores Centrais, atreladas ao governismo e comprometidas com o patronato, que fixarão os limites aos índices de reajuste salariais e as mudanças nas condições trabalhistas de todo um setor da economia, e as categorias que nela atuam.

Trabalhadores” acompanhar e processar essas mudanças, “na organização vertical” proposta no documento.

Convenções Coletivas e “representatividade” sindical

A “nova” estrutura sindical terá a “representatividade” como princípio habilitante para o reconhecimento de um sindicato nas negociações e Convenções Coletivas. O grau de “representatividade” de cada sindicato será definido pela chamada “densidade sindical”. Define-se esta pela “relação entre o número de trabalhadores de base de representação da entidade sobre o total de trabalhadores [ativos, NE] do âmbito de negociação”, assim como a “relação entre o total de sócios [filiais, NE] sobre o total de trabalhadores da base de representação da entidade” (“representação”). Para estabelecer a fórmula adequada da

“densidade sindical”, se farão estatísticas, análise de base de dados e estudos, etc.

A “base mínima” da “representatividade” de um sindicato é sua estruturação no município, e a “máxima” é dada pela sua base nacional. A relação entre “representatividade e representação como fonte de poder coletivo” será regulamentada e fixada pela “Câmara de Trabalhadores” do CART, e estarão atrelados à observância da “democracia sindical” (“direito de oposição; processos eleitorais democráticos; limite de mandato; transparência na prestação de contas”, etc.).

Quanto aos trabalhadores autônomos e por conta-própria (quase 50% da força de trabalho nacional), terão um tratamento em separado e particular. Quando formado o CART, propõe-se avançar ao debate de como incluí-los no “processo de regulação” das relações trabalhistas e do “novo” sistema sindical. O que exigiria “Formular proposta de atribuições de representação” desses setores, as formas dos “Processos negociais com poder público”, a “regulação econômica das empresas de plataforma”, e as “responsabilidades das empresas fornecedoras do produto ou serviço” (aplicativos).

Como se vê, nas negociações de Convênios Coletivos de um setor da economia que abrange inúmeros trabalhadores e sindicatos, caberá às Centrais Sindicais nacionais – consideradas órgãos máximos “de representação, com mensuração de representatividade de partida (conforme critérios atualmente existentes) e de representação” – a maior autoridade para decidir. Os conflitos internos decorrentes dessa decisão (que inevitavelmente surgirão) serão processados pela “Câmara de Trabalhadores”. E como nesses dominarão também as maiores Centrais, serão estas que decidirão sobre todos os conflitos.

Resumindo: serão as maiores Centrais, atreladas ao governismo e comprometidas com o patronato, que fixarão os limites aos índices de reajuste salariais e as mudanças nas condições trabalhistas de todo um setor da economia, e as categorias que nela atuam. Ora, ainda que fosse possível, graças ao peso e força das maiores Centrais, impor convênios e reajustes mais favoráveis que os que poderiam ser conquistados em âmbitos municipais ou até estaduais; o contrário é mais provável acontecer: sem lutas e sem qualquer convocatória a instâncias deliberativas, as Centrais poderão impor acordos rebaixados contra sindicatos municipais e estaduais que, apoiados na mobilização e luta de classes, conquistassem melhores acordos e convênios coletivos. Como o CART deveria decidir sobre esses “conflitos”, a colaboração entre a patronal e a burocracia nacional acabariam impondo-se às decisões de base.

É importante frisar que essa prática já vem ocorrendo há vários anos, a reforma sindical só vem para dar o ordenamento jurídico a ela. A conciliação e a traição aberta é hoje a base da política sindical da esmagadora maioria das centrais e sindicatos ligados ao governismo, as centrais que romperam com a CUT (Conlutas, Intersindical, Unidos para Lutar), acabaram sendo disciplinadas pela mesma política de conciliação.

Financiamento dos sindicatos e do CART

O CART contará com financiamento próprio, através de aportes voluntários de filiados, contribuições de empregadores e empregados na base da “taxa negocial”, subsídios públicos e aportes de “entidades parceiras” nacionais e internacionais. A aprovação dos mecanismos de financiamento deverá ser implementada em até 90 dias depois de apresentado o projeto de Lei, e, 30 dias após sua aprovação, se formalizaria seu Regimento Interno (previsto para meados do segundo semestre de 2023).

Quanto ao financiamento sindical, a proposta visa a suprir o fim do imposto sindical com a aprovação de “taxas negociais”, também chamadas de “contribuições solidárias”, cujo “valor ou percentual” serão definidos “em assembleia e devida por todos os abrangidos [filiados e não filiados] pelo instrumento coletivo”. Para “evitar a concorrência desleal”, quer dizer que um sindicato consiga uma “melhor taxa negocial” que outro sindicato na mesma categoria ou setor, o CART deverá agir para igualar ou equiparar a contribuição de filiados. Outra via do financiamento sindical e do CART virá dos ingressos pelos “serviços prestados” a filiados (hotéis, clínicas etc.) como fonte de financiamento complementar.

A mudança do imposto sindical à taxa negocial transforma o financiamento compulsório imposto pelo Estado pelo imposto compulsório decidido entre patronato e burocracias. A proposta, todavia, é mais abrangente em sua imposição, ao incluir nela os não-filiados, que deverão também contribuir ao financiamento de um órgão dominado pelas burocracias, que muitas vezes se negam a defendê-los.

Por outro lado, a “equiparação” das taxas negociais não dependerá da força de cada movimento ou greve, mas das

negociações entre burocratas e patronato apoiadas nas greves e assembleias que se convocam apenas para aprovar o já acordado, e não impor um valor surgido da força da classe em luta.

Pontos de conflito

Há no documento diversos pontos que criam conflitos entre as Centrais “majoritárias” e as “minoritárias”. A NCST, CSB e a Pública Central dos Servidores convergem em afirmar que o texto é um ataque à “liberdade” sindical, e acusam a CUT/Força/UGT de diminuir os “poderes dos sindicatos de base” e “definir, sozinhas, os critérios que servirão de parâmetro para atuação de toda a estrutura sindical”.

Durante dois meses, a direção da NCST fez inúmeras reuniões por todo o Brasil, alertando dos perigos da Reforma, e ganhando apoios na Central para se opor ao “texto base”. No dia 13, foi incluída pelo Decreto nº 11.477 (06/04/2023), no “Grupo de Trabalho Interministerial”, que debate a reforma sindical junto da CUT, Força e UGT. A manobra do governo inclui, na frente burocrática, mais de 1.300 sindicatos filiados à NCST em defesa da Reforma. Os pontos de conflito poderão ser negociados e, assim, evita-se que a NCST pudesse constituir um foco de conflitos permanentes à centralização sindical.

A CTB (dirigida pelo PCdoB) se pronunciou a favor do documento. Mas, aliou-se conjunturalmente à NCST, para exigir alterações que tragam garantias às centrais menores, dentre elas a própria CTB. Para ajudar a aproximação de posições, superar os conflitos e favorecer o objetivo de criar um consenso amplo, exigiu, demagogicamente, que se incluía no projeto a garantia de direito de greve, restrição à intervenção judicial, e “coibir decisões que ferem e frustram o exercício deste direito constitucional”.

Miguel Torres, presidente da Força Sindical, disse que haverá uma solução satisfatória para todos. “Cada central vai se reunir para definir seu posicionamento e também indicar o nome ao Grupo de Trabalho da Política de Valorização do Salário Mínimo”. Ricardo Patah, presidente da UGT, afirmou: “A volta da homologação nos sindicatos, o retorno da ultratividade nas convenções, o fim da emenda 45, o regramento do trabalho por aplicativos, a regulação do trabalho intermitente, o fim do acordo individual sem participação do sindicato e a garantia de custeio sindical são pautas principais ... É uma proposta inovadora e tudo que é inovador causa preocupação”. Ou seja, que a “Reforma Sindical” é um fato consumado, mas será possível ajustar tal ou qual ponto para garantir o “consenso” majoritário.

A proposta de debater os pontos conflitivos, e incluir nos debates as centrais “rebeldes”, objetiva garantir uma “frente unida” em defesa do governo. Mas, a negativa da NCST, CSB e a Pública é um empecilho nesse objetivo. O que cria uma racha ao objetivo governista. O certo é que a confluência das Centrais que estão no mesmo campo da defesa do governo de frente ampla burguesa, não apenas agravará a colaboração de classes, mas criará condições de isolar ainda mais as “rebeldes”.

Um beco sem saída para as Centrais minoritárias e “opositoras”

O objetivo de “desestimular” a formação de novos sindicatos e de “extinguir” sindicatos com “baixa representatividade” e poucos filiados é de fato uma ameaça à existência de sindicatos e burocracias (de direita ou de esquerda) menores, que se forjaram como aparelhos minoritários a partir do divisionismo sindical, e sobreviveram graças ao imposto sindical. O mesmo se passa com as “fusões”, “incorporações” e “consórcios de entidades” que, em última instância, permitiriam às direções e sindicatos situacionistas submeter as direções e controlar sindicatos mais “progressistas” ou “classistas”, minoritários.

Quanto ao objetivo de evitar “novas divisões”, procura evidentemente impedir novas rupturas, a exemplo da Conlutas, que reduziriam o poder aparelhista das direções e Centrais majoritárias. No que diz respeito ao objetivo de “barrar” dirigentes que se perpetuam na direção, está claro que não se aplicará às Centrais governistas, mas será usado arbitrariamente contra as opositoras e de esquerda.

No Andes, correntes do PSOL e o PCB, com o apoio de “O Trabalho” (PT), romperam com a CSP- Conlutas. Se o PSTU, setores do PSOL de oposição, e correntes menores decidirem manter um aparelho em separado, serão atacados por estarem fora dos regulamentos da nova Lei. Por outro lado, para os sindicatos pró-patronais, é possível garantir a “alternância” nas direções, porque sempre se acha, entre os pelegos, novos “quadros”. Quanto às direções e centrais opositoras e classistas, são os quadros mais politizados que geralmente dirigem. Como sua formação é mais demorada, às vezes as mesmas pessoas se mantêm por vários anos na direção. Eis porque a observância da “democracia sindical” (a exemplo dos limites para os mandatos) e de “transparência na prestação de contas”, será uma arma da burocracia reformista e direitista para atacar sindicatos oposicionistas para obrigá-los a se submeterem.

Com exceção da NCST, a discussão do “documento interno” deixou até agora de fora as bases das categorias. CSB, Pública, Intersindical Central e CSP-Conlutas até hoje não se pronunciaram publicamente, apesar de estarem presentes na reunião de 1º de março.

Mais do mesmo, mas com nome diferente

Em todos os pontos, se disfarçam os “velhos” métodos e as “velhas” políticas sendo adaptadas retoricamente às novas condições. Em vez do Parlamento impor um montante ou índice fixo de contribuições sindicais, essas serão decididas pelo CART. O mesmo com as negociações: o patronato anuncia o que está disposto a dar e as direções levam essa proposta para ser votada, abandonando qualquer defesa de reivindicações próprias. O governo, o patronato e as direções continuarão aplicando o método burocrático de impor seus acordos sem necessidade de convocar assembleias, e usando-as apenas para referendar o decidido. Eis o exemplo do acordão de 9% de aumento ao funcionalismo público, realizado na Mesa Permanente de Negociação com o governo, muito abaixo dos 27% apre-

sentado pelos sindicatos do setor que, submetidos ao governismo, não organizaram uma verdadeira Campanha para derrotar o governo e impor suas reivindicações.

Uma criação da frente ampla da burguesia

O Ato pela Democracia, realizado na Faculdade de Direito de SP, em fins de 2021, foi um marco para a constituição da base de apoio sindical que serviria à frente ampla burguesa. A candidatura do caudilho petista teria por fundamental vantagem contar com a subordinação das principais Centrais a seu governo, para aplicar as medidas anti-operárias e antipopulares já aprovadas pelo governo Bolsonaro.

Não surpreende que sejam essas as que, agora, apresentem o governo com uma reforma sindical que garanta a criação de uma estrutura e novas normas que favorecem os objetivos da burguesia e do imperialismo. O fato de apresentar, logo em 1º de janeiro, o “documento interno” foi um claro sinal de que as Centrais governistas não iriam “perder tempo” para oferecer a conciliação de classes como instrumento da governabilidade, para impor de cima a baixo suas políticas. E também que isso já estava sendo negociado durante a campanha.

Nova etapa na estatização dos sindicatos

As décadas precedentes foram marcadas pela atomização e divisionismo sindical. Processo histórico que refletia a formação de aparelhos e burocracias que passavam a orbitar e servir de apêndices às forças econômicas burguesas e políticas oligárquicas. Um setor da vanguarda classista foi arrastado por essas tendências reacionárias, que atingiam a unidade da classe, e isolavam a vanguarda das massas.

Forjou-se uma nova burocracia profissional (tanto direitista, como reformista e centrista), atrelada aos interesses particulares das diversas frações burguesas ou de partidos burgueses e pequeno-burgueses. O imposto sindical favoreceu, com uma base financeira estável, o divisionismo, provendo uma base material à consolidação do aparelhismo sindical e partidário, associado às novas direções. Seria ilusório acreditar que, aprovada como Lei, se acabará com a fragmentação e o divisionismo que decorrem dos interesses aparelhistas das direções burocráticas (de direita e de esquerda) e da própria necessidade da burguesia de se apoiar nelas para melhor impor seus interesses de classe.

O fundamental está em compreender que o divisionismo enfraqueceu a classe operária e os demais assalariados, ao opor uma categoria a outra, agravar a concorrência econômica, as disputas aparelhistas, e fragmentar a força social dos explorados. Isto ocorria enquanto a subordinação das burguesias e oligarquias nacionais ao imperialismo refletiam-se, cada vez mais, na unidade burguesa para atacar, destruir e rebaixar, a condições intoleráveis, as condições de vida das massas. A frente ampla burguesa é produto des-

se curso histórico, no momento em que a crise capitalista exige da burguesia imperialista centralizar as burguesias semicoloniais a seus ditames e interesses mais gerais. A eleição de Lula, assim como de Petro, Castillo ou Boric, demonstra isso de forma clara. Devem e deverão se adaptar e assumir o programa antinacional e antipopular baseado no avanço das contrarreformas e destruição de direitos.

Conclusão

O governo de frente ampla da burguesia impulsiona a maior estatização dos sindicatos, já observada na história recente do país. A “reestruturação” sindical e o CART são os instrumentos oferecidos pela burocracia para ajudar a burguesia e o governo a cumprir esse objetivo. Certamente, isto não evitará que ocasionalmente a revolta das bases e dos sindicatos classistas rompam com os bloqueios e acordos dos pelegos e traidores com o patronato. Mas, logo serão foco não apenas da repressão e multas, mas também

de aplicação de medidas punitivas às Centrais e sindicatos por incorrer em “práticas antissindicais”.

Ainda que se imponha uma maior centralização e destruição das instâncias deliberativas da democracia operária de base, na medida em que, nas negociações, se incluirão diversos sindicatos e categorias, contraditoriamente colocam a unificação das

bases e sindicatos sob um programa comum de reivindicações. Ganharão ainda mais concretude as bandeiras de: trabalho igual, salário igual; recomposição salarial imediata votada nas assembleias, que devem decidir que pauta será negociada; formação de comitês e assembleias unificadas das categorias em campanha salarial, para aprovar uma pauta de reivindicações e os métodos de luta para impô-las ao governo e patronato; formar frentes únicas de luta e de organização, reunindo todas as correntes que se reivindicam do classismo, para dar a luta ao interior de todos os sindicatos e Centrais para romper com sua subordinação ao estado, etc.

Essas circunstâncias exigem da vanguarda projetar e aprofundar sua luta pela independência política e organizativa dos sindicatos e Centrais perante os governos burgueses de plantão, e travar combate consequente contra a burocracia governista e aburguesada até a medula. Trata-se de adaptar a luta pela independência de classe às novas circunstâncias, e forjar as frações revolucionárias visando à expulsão da burocracia ali onde se encontram as massas operárias. Enquanto a luta pela constituição de uma frente única dos trabalhadores assalariados na base de suas reivindicações comuns favorece a luta pelo fim do divisionismo sob a bandeira de “Central única, classista, independente da burguesia, do Estado e seus governos!”. Assim, à unidade fictícia da burocracia, se oporá a unidade baseada nos métodos da luta de classes, e os sindicatos se tornarão em um instrumento auxiliar da revolução proletária. ●

Trata-se de adaptar a luta pela independência de classe às novas circunstâncias, e forjar as frações revolucionárias visando à expulsão da burocracia ali onde se encontram as massas operárias.

PROFESSORES MUNICIPAIS DE GUARULHOS VÃO À GREVE PELO PISO NACIONAL



No último dia 24/04, os professores de Guarulhos entraram em greve pela aplicação do piso nacional e reajustes proporcionais aos profissionais de mais tempo de carreira. A Secretaria de Educação de Guarulhos recorreu à Justiça, que impôs multa de dez mil por dia aos professores. As manifestações nas ruas da cidade comprovam a adesão e disposição de luta da categoria, e a mentira da prefeitura que diz que há pouca adesão. Essa greve deveria ser apoiada por outros sindicatos de professores das cidades vizinhas e demais categorias. É a unidade que pode dar a força necessária para derrotar o governo municipal. ●

SÃO LUÍS (MA)

Motoristas e cobradores entram em greve pelo reajuste salarial



Os motoristas e cobradores de São Luís e mais 3 cidades vizinhas foram à greve pelo reajuste salarial de 7%. As empresas alegam que não receberam o repasse da prefeitura. A prefeitura alega que as empresas não cumpriram com os contratos, que previam instalação de ônibus com ar condicionado, como já havia antes. Os terminais de ônibus amanheceram no dia 25/04 completamente vazios. Um dia antes, a Justiça decretou a greve ilegal e impôs multa de 100 mil reais ao sindicato, mas os trabalhadores não recuaram e foram à luta. É por meio da greve que será possível arrancar a reivindicação salarial. ●

NATAL / Greve na Saúde paralisa serviço



Os trabalhadores da Saúde de Natal (RN) cobram reajuste salarial, reforma de unidades e convocação de candidatos na lista de espera de concurso, entre outras pautas. Apenas serviços de urgência e emergência serão mantidos.

Na pauta de reivindicações, a categoria pede ainda cumprimento da data-base de reajuste de salários, implantação e pagamento retroativo das gratificações, implantação e retroativo do adicional por tempo de serviço e fim do corte das gratificações dos servidores que estão em afastamento.

O movimento na Saúde deve ganhar o apoio das outras categorias de servidores, para fortalecer o movimento e aumentar a força de pressão sobre a prefeitura. ●

Ascenso da luta de classes no campo

Nos três primeiros meses do Governo de Frente Ampla, já houve mais ocupações de terra do que em todo primeiro ano do governo Bolsonaro. Os números do INCRA apontam que, neste ano, já ocorreram 16 ocupações de terra (7 do MST e 9 da FNL), contra 11 ocupações, em 2019.

As ocupações levantam diversas reivindicações: exoneração de co-

missionados indicados por Temer e Bolsonaro; crítica à devastação ambiental promovida por multinacionais; denúncia de latifúndios improdutivos; lembrar os 27 anos do massacre de Eldorado dos Carajás; etc. Mas, levantam também a pauta central de cobrar do Governo Lula um Plano Nacional de Reforma Agrária. Segundo dados do MST,

existem mais de 100 mil famílias em acampamentos, embaixo de lona. Assim, cobram que o Ministério do Desenvolvimento Agrário apresente um plano com as medidas concretas para os próximos quatro anos, bem como a previsão orçamentária correspondente. Isto, ao mesmo tempo em que o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anuncia o novo Ar-

cabouço Fiscal, que prevê um plano de austeridade para garantir o pagamento do parasitismo financeiro por meio da dívida pública.

A alta nas ocupações não significa uma ruptura do MST com o governo Lula/Alckmin. Procura apenas pressionar para que este adote medidas imediatas para dar uma solução institucional às suas reivindicações. O Ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, condenou as invasões de “terras produtivas”. A declaração diz muito da política do governo: poderia ha-

ver “desapropriações” apenas em terras consideradas “improdutivas”. Mas, os latifundiários e a burguesia agroindustrial continuam a expandir sua posse de terras, inclusive sobre terras indígenas, que segundo a lógica burguesa seria considerada “produtiva”. As declarações demonstram, assim, que o governo se chocará com os camponeses sem terra.

O essencial da situação é que o Governo Lula será incapaz de garantir o acesso à terra para todos os camponeses pobres. Será incapaz mesmo de reproduzir o já limitado

programa de assentamentos do primeiro e segundo governo Lula, de forma que os movimentos do campo não podem confiar as suas legítimas aspirações de acesso à terra ao governo burguês de plantão. Têm de tomar em suas mãos a resolução do problema da terra, com as ocupações de terra e a aliança operário camponesa. A expropriação geral da propriedade latifundiária, como parte da revolução proletária, permitirá realizar plenamente a aspiração democrática dos camponeses pobres do acesso à terra. ●

Paralisação dos servidores municipais de Boa Vista

No dia 3 e 4 de abril, os servidores da Secretaria Municipal de Gestão Social (SEMGES) da Prefeitura de Boa Vista (RR) organizaram uma paralisação, em protesto à nova proposta do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) dos servidores municipais, que torna em mais precarizados os trabalhos dos técnicos de referência, os quais exigem um salário digno e condições de trabalho.

No dia 16 de março, os professores da rede municipal já haviam paralisado as atividades, reivindicando o reajuste do salário de acordo com o piso nacional, a reivindicação era de reajuste de pelo menos 15%. Os cuidadores, categoria ainda mais precarizada, também já tinham feito uma paralisação de 51 dias no ano passado, que exigia, entre as reivindicações, a diminuição da carga horária de trabalho, de 40h, para 30h semanais.

A elaboração do novo PCCR não atendeu às reivindicações apresentadas pelos servidores, que exigem equiparação salarial entre psicólogos, pedagogos e assistentes sociais, e lutam contra a anulação do direito de gratificação por qualificação; argumentam que não há justificativa para a discrepância salarial entre eles, já que trabalham na mesma equipe, com a mesma demanda de trabalho.

O coletivo SUAS, movimento independente que representa a categoria dos servidores da SEMGES, enfatiza a importância da unificação da luta entre os servidores (cuidadores, professores e servidores da Semges).

O Sindicato dos Servidores Municipais de Boa Vista (Sitram) se omitiu diante da mobilização dos trabalhadores, e sentou ao lado do prefeito, reforçando a falsa propaganda de valorização do trabalho dos servidores municipais. Enquanto os trabalhadores estavam na paralisação, o sindicato, pressionado pela insatisfação e iniciativa dos trabalhadores, chamou uma reunião para discutir a proposta do novo PCCR.

No dia 10 de abril, foi realizada uma audiência pública na Câmara Municipal de Boa Vista, com a participação de diversos servidores, que lotaram o local, expressando insatisfação e revolta diante dos parlamentares. A direção do sindicato esteve presente e foi vaiada pelos trabalhadores, que denunciaram a traição da direção sindical pe-

lega. Diante da pressão dos servidores, a proposta do novo PCCR foi arquivada, dois dias depois.

Entre as reivindicações dos servidores em luta, estão: salários dignos, inclusão da SEMGES no direito ao auxílio alimentação, equiparação salarial entre cargos do mesmo nível que exerçam a mesma função, gratificação por qualificação.

O problema do novo PCCR está ligado a um problema geral de condições de trabalho e salários, colocado nesse contexto de retrocessos de direitos sociais, ocasionados pela crise econômica do capitalismo, que faz com que o peso da crise seja despejado nas costas dos trabalhadores, criando formas de cortar salários e extinguir direitos existentes.

Na última atualização do Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Socioeconômicos (DIEESE), “o salário mínimo necessário para a manutenção de uma família de quatro pessoas deveria equivaler a 6.571,52”. Mas o que se vê é o rebaixamento da força de trabalho, por meio de estratégias políticas e burocráticas propagandeadas como avanço, valorização do servidor, como se percebe na fala do poder Executivo de BV que defendeu o PCCR dizendo que “O plano traz avanços importantes já amplamente divulgados para todos: injeção na economia de mais de 60 milhões em 2024, melhoria dos salários de servidores com remuneração muito defasada, além da garantia do piso dos professores por exemplo, que após aprovado pela câmara, irão receber retroativo a janeiro”. Discurso como esse serve apenas para disfarçar a execução de políticas de grande perda e retrocesso para os servidores públicos da capital de Roraima.

Pela unificação da luta dos servidores municipais na derrota do novo PCCR e defesa do salário mínimo vital para todos os trabalhadores!

Que a direção do Sitram/BV seja denunciada e deposta. E a luta dos servidores continue por meio dos métodos de ação direta: greve, paralisações e movimentos nas ruas! ●

CORRENTE SINDICAL MARXISTA

Guillermo Lora

Eleições para o ANDES-SN: **Voto Nulo em defesa da real independência de nosso sindicato em relação aos governos e aos capitalistas**

Duas chapas abertamente governistas

As eleições para nosso sindicato nacional, o ANDES-SN, ocorrerão em 10 e 11 maio deste ano. Conseguiram inscrever-se três chapas, das quais duas são abertamente governistas.

A Chapa 1, “ANDES pela base: ousadia para sonhar, coragem para lutar”, é a chapa da atual direção política do sindicato. É dirigida por militantes do PSOL e PCB, e é a principal responsável pelas últimas Campanhas salariais da categoria nos últimos anos, levando a um arrocho salarial crescente. Neste ano, não organizou a categoria, caindo no mesmo canto da sereia de “negociação” com o governo federal. Em janeiro, festejou a vitória de Lula/Alckmin, com muita parabenização. Antes, já havia, no segundo turno de 2022, mesmo sem decisão das assembleias docentes ou de algum CONAD, chamar o voto em Lula/Alckmin. Obviamente, quando a “mesa de negociação” com o funcionalismo foi aberta em fevereiro, considerou que era a “volta” do “diálogo”, perdido com os anos de Bolsonaro. Mas o governo não queria realmente negociar. Apresentou os índices de reajuste que já aventava desde a PEC da Transição. Colocou também uma “granada” no bolso das direções sindicais do funcionalismo, indicando que não haveria reajuste retroativo e que até mesmo os 9% exigiriam projeto a ser tramitado no Congresso. A direção do ANDES-SN, a toque de caixa, por meio de Circular, na primeira semana de março, pediu que as seções sindicais realizassem assembleia entre 11 a 15 do mesmo mês, para “decidir” sobre os termos do acordo com o governo. Nem 1/3 das universidades conseguiram realizar as assembleias e, por “maioria”, aprovaram o reajuste que preserva o arrocho salarial. Estes métodos e esta política de conciliação com o governo é que marcam a atual direção, e marcam seu governismo, por mais “independência” que a chapa queira declarar em textos.

A Chapa 3, RENOVA ANDES, é a chapa dos petistas e de seus aliados, conformada, sobretudo, pela corrente “O Trabalho”. É a chapa dos que buscam, há anos, tornar o sindicato nacional em extensão dos governos petistas. Com o fracasso organizativo do PROIFES, voltaram-se nos últimos anos para o ANDES-SN novamente. Não escondem que querem apoiar o governo. Chamaram o voto desde o primeiro turno, e queriam que o sindicato estivesse alinhado, há anos, com a candidatura de Lula.

Os membros destas duas chapas se uniram no último Congresso da entidade para aprovar a desfiliação do ANDES-SN da CSP-Conlutas. Não querem um entrave, mesmo que restrito, à política aberta de conciliação de classes com o governo de esquerda. Não querem mais alimentar a política majoritária da Central, dirigida pelo PSTU, e cada qual tem sua própria definição de como aparelhar as entidades sindicais, seja por meio da volta à CUT (petista), ou pela

criação de novos “fóruns” ou “centrais” (PSOL e PCB).

A vitória de qualquer uma destas duas chapas é subordinação de nosso sindicato à política do governo Lula, que, por sua vez, é de submissão aos interesses do capital financeiro (política do “arcabouço fiscal”, que substituirá o Teto dos gastos). O que fizeram na Campanha Unificada dos servidores públicos federais de 2023 deve se repetir nos próximos anos, porque terão sempre pronto o discurso de que é preciso combater a “direita fascista”, e que esse governo foi uma “vitória dos trabalhadores” (mesmo que a política econômica seja a mesmíssima que suga o orçamento federal dos sucessivos governos, em proveito do capital financeiro).

Um governismo envergonhado

A chapa 2, “ANDES-SN Classista e de Luta”, é formada pelo Coletivo Rosa Luxemburgo, com militantes que já dirigiram o ANDES-SN, e com o CAEL, que reúne militantes do PSTU. Coloca-se à esquerda das duas chapas concorrentes, porque, por exemplo, se tem oposto às decisões cada vez mais antidemocráticas da atual diretoria na condução dos Congressos, e não embarcou na política aparelhista de desfiliação da CSP-Conlutas, encabeçadas pelas outras duas.

Muitos companheiros poderiam se questionar por que não defender, então, o voto na Chapa 2, que têm um histórico mais à esquerda.

Basicamente, por dois motivos não chamamos o voto na Chapa 2. O primeiro é que não votamos apenas pelo histórico de alguns militantes, mas no programa da chapa. E este ainda é de defesa do atual governo, e de ilusão de que, de fato, foi uma vitória dos trabalhadores. Afirma, em seu Programa completo: “A frente ampla liderada por Lula inclui frações da burguesia que tentarão manter o programa neoliberal em curso. Ao movimento sindical cabe fortalecer a unidade e se mobilizar nas ruas para combater a agenda burguesa e pressionar para que governo atenda as pautas da classe trabalhadora, seja no plano imediato de combate à fome e ao desemprego, seja revertendo as contrarreformas e as medidas de ajuste fiscal comprometidas com o capital financeiro”. A frente ampla de Lula não “inclui” frações da burguesia. Ela foi fundada por estas frações. Não existe uma “agenda burguesa”, há um programa, que, desde a campanha, se comprometeu em manter a “responsabilidade fiscal”, que pode ser lido por diferentes nomes: ajuste, rigor, âncora, arcabouço, etc. É o mesmo programa que, em essência, elegeu Bolsonaro e que garantiu pagamentos de trilhões de reais todos os anos para o capital financeiro, por meio do pagamento de juros da Dívida Pública. Esta política nunca foi rompida por nenhum governo, de direita, de esquerda ou de “centro”. É esta mesma política que garantirá o retorno do

superávit primário pelo desenho da política econômica do petista Haddad. Neste momento, não há como votar em um programa sindical que, concretamente, não se oponha ao programa deste governo, que defina abertamente uma oposição a este governo (e não a governos possíveis da “direita fascista”). Como em muitos países, a política de austeridade fiscal, imposta pelas frações imperialistas, pelo grande capital financeiro, será colocada em prática por qualquer governo, seja o de “centro-direita” de Macron, contra a direita fascista, de Le Pen, ou de “centro-esquerda” de Lula. Não há como reverter as contrarreformas, defender emprego, salário, direitos, parar a sangria das riquezas nacionais, se não se chocar contra esse governo e a sua política, que beneficia o grande capital nacional e internacional. Não há, no programa da Chapa 2, uma única vez que coloque a “oposição” a este governo. Defender os servidores, a classe operária e o conjunto dos trabalhadores passa por esta oposição.

O segundo motivo é que, nem esta chapa, nem as demais, encarnam um movimento real da categoria, da classe. É possível, em momentos de luta, de mobilização, de greve, que uma chapa formada a partir da frente única de luta encarne uma luta geral dos trabalhadores, mesmo que essa frente tenha um programa político rebaixado, mesmo que suas direções tenham e difundam ilusões nos governos burgueses. Neste caso, frente de luta que conforma a chapa representa na prática uma oposição aos governos e aos capitalistas, quando está em luta por direitos, por salários, pelos empregos e contra as políticas privatistas. Que lutas tivemos nos últimos anos no fun-

cionalismo? Não existiram, porque as direções sindicais, e os grupos e as correntes de esquerdas embarcaram de corpo e alma na política de isolamento social, até meados de 2022, mesmo quando as massas assalariadas estão morrendo de fome e pela Covid, pelo fracasso da política burguesa do isolamento social, impossível em uma sociedade de classes altamente desigual como a nossa. Em 2022, quando as direções dos Fóruns de servidores blefaram em uma Campanha Unificada, os servidores de INSS levantaram uma greve de dois meses, mas ficaram absolutamente isolados. O uso das assembleias e atos virtuais ainda prevaleceram. No caso do ANDES-SN, mantiveram-se, durante todo o ano, os atos por delegação, com algumas dúzias de representantes sindicais em “aeroportos” e no Congresso.

Assim, sem luta, sem movimento real, e com um programa que, objetivamente, se opõe à independência real do sindicato frente ao novo governo, que aplica o arrocho, e aplicará duramente a política de austeridade fiscal, mantendo o estrangulamento dos serviços públicos, a nossa defesa é de Voto Nulo. Precisamos construir, na prática, uma vanguarda consciente da necessidade de lutar pela independência política e organizativa frente a todos os governos burgueses, independente da matriz ideológica.

Por uma oposição revolucionária ao governo Lula/Alckmin, baseada nos métodos da ação direta (assembleias, atos, greves) para garantir recomposição salarial, derrubada das contrarreformas e defesa dos serviços e dos servidores públicos! ●

Balanço da formação de chapas para diretoria do SINPEEM

O debate sobre a composição de uma chapa de oposição classista nas eleições para diretoria do SINPEEM se deu inicialmente na segunda **plenária da Oposição Combativa**, que ocorreu em 18/03/23, com a participação das seguintes correntes: CSM-GL, LOI, MRT, OASL, POR, Vozes da Base, e independentes. Este debate inicial, que a princípio foi organizado para consolidação de uma frente de luta contra o imobilismo da burocracia e de setores majoritários da oposição, acabou incorporando o debate eleitoral.

Neste sentido, após conformada a frente de luta, sobre a base de princípios gerais da luta de classes, o segundo debate consistiu em **como essa frente se expressaria nas eleições sindicais**, o que acabou por **revelar duas posições divergentes**: de um lado, a defesa da unidade das oposições condicionada à mais ampla independência de classe frente aos governos, o que significa combinar a luta contra os governos e a burocracia sindical, com um programa e métodos consequentemente classistas de enfrentamento aos governos municipal e Estadual e de oposição revolucionária ao governo Lula/PT, e, de outro lado, a posição defendida pelo MRT e POR, que apresenta formalmente os mesmos princípios da luta de classes, mas submetidos à necessidade maior da unidade de todos os setores de oposição para o enfrentamento a uma burocracia direitista, que está à frente do sindicato há aproximadamente 36 anos.

Diante dessa divergência inicial, a Corrente Sindical Marxista – Guillermo Lora **já apontou, no OI nº2, que a**

completa e real independência de classe perante todos os governos, fundamentalmente ao governo Lula/Alckmin, seria o elemento central que determinaria o debate da possibilidade ou não da conformação de uma chapa de oposição unificada e classista no SINPEEM, o que já tinha levado a uma cisão da oposição na APEOESP, quando as correntes majoritárias do PSOL conformaram chapa com a burocracia petista.

No SINPEEM **nosso prognóstico de que a oposição ao governo Lula/Alckmin seria o “divisor de águas” se confirmou.**

No entanto, atuamos em todos os debates para preparação de uma Convenção das Oposições, que contou com a participação dos seguintes agrupamentos: Caravana da Educação/ Raiz Popular, Célula Comunista de Trabalhadores, Conspiração Socialista, CSM-GL/PPRI, Democracia e Luta, LOI, MRT, OASL, PCB, PSOL (várias correntes), PSTU, POR, Vozes da Base, e independentes.

Em meio a esse processo de debate e organização para a Convenção das Oposições, que deliberaria sobre o programa e a composição da chapa, alguns fatos concretos foram demonstrando que uma declaração explícita de oposição política ao governo Lula/Alckmin não seria aceita pela maioria dos setores, implicando no comprometimento direto da independência de classe no programa dessa chapa. Destacamos alguns desses fatos: **a)** Os agrupamentos do PSOL não fizeram nenhuma crítica a composição na APEOESP com a burocracia petista; **b)** nos debates de análise de

conjuntura, compareciam, por parte dos agrupamentos do PSOL, apenas aspectos supostamente progressivos na caracterização do governo de frente ampla Lula/Alckmin, como uma vitória contra a direita Bolsonaroista; c) Membros dessa frente, da corrente Democracia e Luta, iniciou um diálogo com os setores petistas que atuam no SINPEEM (Debate Cutista – O Trabalho), para ver a possibilidade de composição nesta ampla unidade das oposições, ou seja, não se importaram de buscar a unidade com mais um setor diretamente envolvido com o governo Lula/Alckmin, e que historicamente rejeitou compor uma oposição unificada no SINPEEM, pelo contrário, esse setor, em todas as eleições, se propôs a discutir a composição de uma chapa com a burocracia encabeçada por Cláudio Fonseca, ainda que, embora nunca tenham conformado uma aliança de fato, a burocracia já cooptou alguns militantes do O Trabalho para o seu colo.

Para além desses fatos, que acompanhamos de perto, outro fator importante, que se faz necessário denunciar, consiste na **elaboração antecipada do programa da chapa**, com a intenção de impor acordos entre as correntes, o que acabaria por eliminar o debate democrático na Convenção. Após percebermos essa movimentação, deixamos de participar das reuniões de organização e, na convenção, esclarecemos que éramos contrários a esse método, e que a convenção de base deveria ser soberana para discutir e aprovar cada ponto do programa, bem como a composição da chapa.

No dia da Convenção, logo na sua abertura, fomos surpreendidos com a apresentação de um **Regimento, que não foi submetido a votação, com o argumento de que se tratava de um acordo entre todas as forças políticas que construíram a convenção**. Para além desse absurdo, esse regimento continha uma **formulação que, na prática, impedia as correntes de exporem durante a Convenção suas divergências programáticas, em nome da unidade**, podiam, se assim desejassem, expor suas diferenças apenas no encerramento da Convenção, quando o programa já estivesse aprovado, apenas para aferir a composição da chapa. Segue a formulação em questão: “7) *Após apresentação do texto base, serão abertas as inscrições para apresentação de novas propostas e/ou adendos (os grupos participantes não apresentarão as divergências neste momento, mas sim no final, quando for discutida a composição da chapa)*”. Neste ponto, cabe uma autocrítica da nossa parte, nós da Corrente Sindical Marxista – Guillermo Lora, não nos pronunciamos de forma imediata contra essa formulação e por sua votação em plenário, sendo ele então aprovado sem destaque.

Logo após a apresentação do regimento, a organização da Convenção ocorreu em dois momentos, o primeiro de discussão do programa, dividido em 3 mesas (Conjuntura/Educacional e Sindical), e o segundo momento de composição da chapa. Nas mesas de debate programático apenas houve intervenção da CSM-GL e da LOI, que **defenderam um programa assentado na real independência de classe, na democracia operária e nos métodos da ação direta, fazendo a denúncia do caráter burocrático da Convenção e da participação do Debate Cutista/PT**. Durante essas intervenções, os componentes das mesas estavam aparentemente orientados a colocar em **votação a defesa**

global do programa acordado, e os contrários a ele. Todas as votações foram encaminhadas dessa maneira, não dando nenhum destaque ao conteúdo das divergências, que tinham como ponto principal a oposição ao governo de frente ampla Lula/Alckmin, elemento que não constava no programa da chapa, e que, dependendo do encaminhamento da votação, poderia entrar como adendo.

Finalizada a primeira parte da Convenção, em que o programa acordado entre as correntes foi referendado pelo plenário, composto majoritariamente por militantes das correntes (poucos contatos de base), foram apresentadas as propostas para a composição da chapa, a partir da definição do cabeça de chapa, sendo apresentadas 4 chapas: 1) Conlutas (PSTU/POR/MRT) – apresentou candidato do PSTU; 2) PSOL/Resistência (apoiada pelo PT) apresentou candidata do Resistência; 3) PSOL/LSR – apresentou candidata da LSR; 4) PSOL/Caravana da Educação – apresentou candidata do Caravana da Educação. As duas candidaturas com maior número de votos foram, respectivamente, a do PSOL/Resistência e do PSOL/Caravana da Educação, que ficaram com a presidência e vice-presidência da chapa, bem como com a maioria dos cargos. As intervenções em torno da apresentação das chapas revelaram alguns elementos que vale destacar: **a)** Vozes da Base – setor majoritário da Oposição Combativa, apresentaria candidato próprio, mas abriu mão, para apoiar a candidata do Resistência, demonstrando uma subordinação a política ao PSOL, quando era esperada uma política de maior independência, dada a trajetória de constituição da Oposição Combativa frente ao imobilismo da burocracia sindical e desses setores majoritários da oposição. Também declinou da candidatura o Conspiração Socialista, também em nome da cabeça de chapa do Resistência; **b)** A chapa da Conlutas tentou se diferenciar dentro dessa unidade ampla, se apresentando como polo classista, que trabalhará pela vitória da chapa por meio da unidade, mas apresentará suas diferenças programáticas, se utilizando do direito à liberdade de crítica, o que caracterizamos como uma política oportunista, quando se calaram durante todo o processo anterior, e permitiram a aprovação de um programa rebaixado que rifou a independência de classe; **c)** A candidatura do Caravana da Educação apresentou uma representante pouco conhecida pela militância, mas com um acumulado grande de votos, que se deu por uma ampla convocação, apoiada pelo vereador Toninho Vespoli; **d)** O pronunciamento da militância do MRT, no apagar das luzes da Convenção, se retirando da composição da chapa, após ter participado de toda a elaboração e aprovação do programa da chapa (com silenciamento das divergências na convenção), também comparece como uma política oportunista. Dizemos isto, pois, o argumento apresentado foi justamente a participação do Debate Cutista/PT na chapa, quando esta situação já estava colocada muito antes da convenção e foi exposta nela pela CSM-GL.

Sobretudo, verificamos que os acordos que permearam as disputas aparelhistas na Oposição Unificada, para eleição à direção do SINPEEM, reproduziram a política de submissão ao governo burguês de frente ampla, com o mesmo argumento de combater os governos direitistas de Tarcísio/Republicanos e Nunes/MDB, elemento que inclusive, em teoria, aproxima as chapas 1 e 2. De um

lado, a burocracia que não consegue esconder sua política de conciliação de classes com qualquer que seja o governo, que se dá pela experiência prática da categoria com essa direção há 36 anos; e, de outro lado, a chapa 2 que, apesar da ampla unidade de vários setores oposicionistas, a política e o programa são reformistas, de uma ala governista burguesa, já que PSOL e PT atuam como base de sustentação do governo Lula/Alckmin. Como podemos observar, ambas estão submetidas à estratégia democrático burguesa e são base aliada do governo de Frente Ampla burguesa, que se conclama contrária ao retorno do fascismo e da política direitista na prefeitura e estado de São Paulo.

A chapa 3, na contramão das chapas 1 e 2, apresenta um programa classista, assentado nos princípios da real independência de classe, que se concretiza na oposição aos governos municipal, estadual e federal, na democracia operária, com a defesa da abertura das instâncias deliberativas, combate à virtualidade, pela convocação das assembleias de base, onde a base pos-

sa se pronunciar, defender suas reivindicações mais sentidas, e deliberar sobre os métodos capazes de impor essas reivindicações, que são os métodos próprios da luta de classes (ação direta). Porém, a chapa 3 tem consciência de que a derrubada da burocracia não se dará neste momento pela via eleitoral, pois, esta tem a força do aparato, controla o processo eleitoral, por meio de uma eleição virtual manipulável. Além disso, as bases estiveram e estão distantes do processo de formação das chapas, dominados pelos aparatos dos partidos e correntes. Portanto, nosso objetivo ao intervir neste processo é o de dar expressão política nas eleições sindicais ao programa revolucionário para conquistar a real independência de classe na categoria, por meio da organização da luta de classes, defendendo as reivindicações que se chocam com os governos e patrões. O avanço e radicalização da mobilização das bases é que construirá um movimento capaz de expulsar a burocracia do sindicato e recuperá-lo para a luta de classes e pelas reais reivindicações. ●

Convenção da Oposição Combativa na Apeoesp

Nos últimos anos, a oposição à direção majoritária da Apeoesp se organizava para combater o burocratismo que se instalou no sindicato, pela mesma direção, há quase 40 anos. Nessa eleição, dois elementos fizeram com que boa parte das correntes de oposição, que durante 30 anos se unificaram contra a diretoria pelega e traidora do sindicato, se deslocasse para compor o “chapão” com a Articulação Sindical e CTB. Primeiro, por conta da Pandemia, onde as sub-sedes, dirigidas tanto pela situação quanto pela oposição, aderiram à política burguesa do isolamento social, e fecharam as portas por mais de 2 anos para o professorado. Importante destacar que, antes disso, já havia uma intensa política de imobilismo e de conciliação por parte da direção e por parte das oposições. Diante disso, o governo Dória/Rossielle aproveitou para impor um conjunto de retrocessos à categoria. Segundo, depois da Pandemia, a maior parte dos partidos de esquerda, como PSOL, PCO, PSTU, e a esmagadora maioria das correntes de esquerda que atuam no movimento sindical, passaram a apoiar a frente ampla burguesa em torno da candidatura de Lula.

Sob o pretexto de “combater o fascismo” essas correntes foram arastadas pelo PT para essa frente, inclusive com a direita e a extrema direita, da qual uma parte dos parlamentares passaram a apoiar o

atual governo, logo após o 2º turno. Passadas as eleições, essa Frente se mantém a partir das direções sindicais para apoiar o governo Lula. As centrais e sindicatos agora têm sentado com o governo, no que chamam “Mesa Paritária Permanente”, para defender propostas rebaixadas para os trabalhadores. Essa mesma frente ampla agirá com as centrais e os sindicatos para isolar as lutas e sufocar as que saírem do seu controle.

É nesse contexto que uma parcela da vanguarda combativa que atua na Apeoesp decidiu se organizar como Oposição Unificada Combativa. Ocorreram duas plenárias, antes da convenção, que essencialmente discutiu a traição de parte das correntes de oposição, apontando que a burocracia conseguiu disciplinar essas correntes, ao ponto de se burocratizarem e passarem a defender a mesma política de conciliação de classes que substituiu o método da luta de classes, com as greves, ocupações, bloqueios das avenidas, etc., pelo método de pressão no parlamento burguês, e de tratar os problemas gerais da categoria com ações judiciais pontuais, individualizando os problemas, que são muitos, em decorrência da crise capitalista, que precisa destruir as forças produtivas, e a escola pública é parte delas. O problema central é que essas correntes praticamente manterão seus aparatos como contenção das lutas

que serão necessárias para combater as medidas de aprofundamentos dos ataques aos explorados.

No dia 1 de abril, aproximadamente 200 professores compareceram à convenção, para aprovar o programa da chapa e unificar as tendências que participaram: Corrente Sindical Marxista, Oposição Revolucionária, LOI, Cesc, Reviravolta, Sindicato é pra Lutar, Oposição de Luta, Comunidade, Lute, Corrente Proletária na Educação, Nossa Classe, Educação pelo Socialismo, Educação em Combate (CST), Resistência e Luta, Emancipação Socialista, Anticapitalistas e Independentes, professores em movimento (SOB), GOI, Questão de Classe. No período da manhã realizou debate do regimento e programa. No período da tarde, as correntes puderam ampliar suas defesas programáticas. De nossa parte, a Corrente Marxista Guilherme Lora rechaçou uma tendência que se colocava desde a primeira plenária em 11 de fevereiro, que era a possibilidade de se fazer alianças em nível regional com os setores da oposição que poderia se juntar ao chapão da do PT/PSOL/PCdoB. Nesse ponto, deixamos claro que a defesa da independência política do sindicato se dá a partir do método da luta de classes que a burocracia abandonou.

Um ponto em comum que também foi discutido nas plenárias e na convenção foi a importância de se defender a real independência de clas-

se do sindicato. A Corrente Marxista Guilherme Lora deu ênfase a essa questão, caracterizando o governo Lula/Alckmin como um governo pró-imperialista, que terá de continuar os ataques impostos pelos governos Temer e Bolsonaro. Pontuamos que a decomposição do capital, em sua crise no pós Pandemia, é tão grande que as potências imperialistas como Estados Unidos, Japão e países europeus, como Alemanha, França e Inglaterra, precisam cercar os Estados Operários Degenerados, com a OTAN usando a Ucrânia contra a Rússia, e tentando gerar um conflito contra a China, através de Taiwan. Colocamos nossa posição de defesa da Rússia, diante da guerra que praticamente já não é mais da Ucrânia, e sim, dos mais de 30 países, que, liderados pelos Estados Unidos, precisam destruir a Rússia e a China. Nesse ponto,

defendemos as conquistas revolucionárias na Rússia (propriedade nacionalizada), rechaçando os métodos autoritários de Putin, defendemos as anexações, com a defesa da derrota militar da OTAN, colocando a consigna de Trotsky e Guilherme Lora, que é a da revolução política contra a burocracia nos estados operários degenerados. A crise impõe ao imperialismo o recrudescimento das tendências bélicas, arrastando o mundo para a guerra. É nesse contexto que os governos da direita, extrema direita e mesmo de esquerda são obrigados a atacar as massas para garantir a taxa de lucro e o parasitismo financeiro em torno das dívidas públicas.

Outros dois pontos importantes que defendemos foi o salário mínimo vital, com os seus valores sendo ajustados de acordo com a alta dos preços, definidos nas assembleias.

Segundo cálculos do DIEESE, depois de 2018, o poder de compra dos salários dos professores caiu quase pela metade. Hoje, a maioria dos professores sofre com salários rebaixados, que não suprem suas necessidades. O salário mínimo votado pelo governo Lula é de fome, de R\$ 1.320. Para se ter uma ideia da miséria desses salários, o valor da cesta-básica, em fevereiro deste ano, era de R\$ 802,36. O mesmo DIEESE aponta que o salário mínimo deveria de ser de R\$ 6.487. Defendemos também a Escala Móvel de trabalho, contra as jornadas estafantes e o desemprego na categoria, que é gigantesco.

Apesar do seu número reduzido de participantes, a corrente saiu fortalecida no debate, defendendo três temas centrais, a real independência de classe do sindicato, os salários e os empregos. ●

Organizar a luta da educação com independência de classe frente aos governos

A 4ª Plenária Intercongressual da CNTE, que ocorreu em Brasília, entre os dias 17 e 19 de março, aprovou uma Greve Nacional da Educação para o dia 26 de Abril, levantando como pauta central a aplicação do reajuste do piso salarial inicial, e a revogação do Novo Ensino Médio (NEM).

No entanto, no período entre a deliberação da greve e sua realização, a burocracia sindical petista que dirige a CNTE costurou um acordo com o governo de frente ampla burguesa de Lula/Alckmin, que resultou na suspensão da implementação do novo ensino médio para abrir um diálogo com o objetivo de “discutir” alterações no projeto que já vinha sendo implementado, ou seja, representa na prática abandonar a luta pela revogação e se submeter ao objetivo de aprovar a reforma com alguns possíveis ajustes ou mudanças, que só servirão para dar legitimidade ao processo e, assim, ajudar a que seja aprovado, e manter a governabilidade do governo de frente ampla. Sem convocar assembleias e sem organizar uma verdadeira greve com paralisações e manifestações, as direções se submeteram perante o governo burguês que procura implementar a Reforma – com a colaboração das burocracias. Esse é o papel que as direções sindicais têm cumprido: negociar sem luta, para que o governo possa implementar a Reforma. O que significa ainda alimentar as ilusões em torno das disputas parlamentares, que sua maioria são base de apoio do governo federal, e compostas pelos mesmos que ajudaram a elaborar e aprovar o projeto de reforma de Temer e Bolsonaro.

Em São Paulo, as direções dos maiores sindicatos da Educação, APEOESP e SINPEEM, seguem a mesma orientação das direções nacionais. Estão submetidos também à centralização política e estatização sindical do governo de frente ampla burguesa. Abandonam a luta pelas reivindicações mais sentidas para conciliar e acordar com o governo, pela via das mesas de negociação e da pressão parlamentar, por algumas migalhas, anulando as assem-

bleias de base. Dizemos isto, pois, o dia 26 de abril foi convocado por ambas as entidades como um ato que, na realidade, assim como ocorreu no 22 de março, servirá como um comício para os burocratas continuarem afirmando seu apoio ao governo, demonstrando o quanto estão dispostos a rifar por completo a independência de classe frente aos agentes da burguesia no poder do Estado.

Enquanto o circo da conciliação de classes é protagonizado pelas burocracias sindicais, os trabalhadores, tanto do Estado quanto dos municípios, sofrem nas escolas com a manutenção das salas superlotadas, com jornadas de trabalho estafantes em duas ou mais escolas, com salários defasados sendo corroídos continuamente pela inflação, com assédio moral das chefias imediatas, com ambientes insalubres, sem estrutura e recursos adequados ao ensino, com a falta de professores e funcionários, dentre tantos outros ataques que têm levado ao adoecimento da categoria. Soma-se a essas condições precárias de trabalho a política de terceirização por meio da contratação precarizada de trabalhadores da limpeza, da cozinha, de funcionários para inspeção e de professores, e o avanço da política de privatização, que se realiza por meio das parcerias público-privadas nas duas redes.

A juventude sofre das mazelas do desemprego, muitas vezes afundando no crime, pela falta de saída à situação de fome e miséria. E quando tem trabalho, é precarizado e com jornadas estafantes e salários de miséria. A escola e o ensino descolados da realidade agrava essas mazelas, sem perspectivas de desenvolver suas capacidades físicas e intelectuais,

Portanto, não se pode alimentar nenhuma ilusão nas ações parlamentares ou judiciais, na expectativa de obter conquistas para os trabalhadores e a juventude. É necessário que a categoria exija a convocação de assembleias unitárias para organização da luta pela revogação das

contrarreformas, por reajuste salarial e contra as demais medidas de ataque que vêm sendo orquestradas, a exemplo da reforma administrativa. Por sua vez, a juventude deve erguer suas bandeiras próprias e se unificar com os trabalhadores, para impor a revogação da Reforma.

Violência nas escolas

Os últimos episódios de barbárie social nas escolas precisam ser compreendidos como parte da barbárie social capitalista, o que significa dizer que a raiz da violência é a opressão de classe e que, portanto, suas manifestações são inerentes ao sistema capitalista, ditadura de classe da burguesia contra a maioria oprimida. É o avanço da decomposição capitalista que vai corroendo o tecido social, a vida da juventude é cada vez mais um inferno, e sem perspectivas. Não há trabalho. Não é possível haver estudantes sadios em ambientes sociais em que predomina a violência de todo tipo. O pai agredir a mãe, a mãe que sustenta a casa recebe um salário miserável, todos moram em cubículos. Não há lazer.

Como parte dessa estrutura mais ampla da opressão de classe da burguesia, nas escolas se manifesta o sucateamento das condições de trabalho e ensino, o aumento da pressão por resultados nas avaliações externas e os re-

trocessos impostos pelas reformas trabalhistas, da Previdência e da terceirização, que implicou na ampliação da precarização do trabalho.

Neste sentido, a luta contra violência nas escolas deve partir das reivindicações mais sentidas da classe: emprego a todos, salário (compatível as necessidades básicas de uma família), direitos e condições adequadas de trabalho e estudo. E a defesa das reivindicações que respondem às necessidades da juventude: jornada escolar de 4 horas, emprego de 4 horas, o restante para o estudo, descanso e lazer.

Portanto, é necessário rejeitar as saídas burguesas que apontam para o policiamento nas escolas, medidas paliativas, como formação com psicólogos e mediadores, ou ainda as reacionárias campanhas pela Paz. Para tanto, os métodos devem ser o da luta de classes, construídos a partir da unidade entre trabalhadores, estudantes e comunidade escolar, em assembleias convocadas pelos sindicatos e centrais sindicais.

Abaixo a Reforma do Ensino Médio! Abaixo ao Fechamento das Salas de Aulas! Contra o Desemprego em Defesa da Escala Móvel das Horas de Trabalho! Contra a Miséria salarial em Defesa do Salário Mínimo Vital ●

FORMAÇÃO

Curso de Formação Política da Corrente Sindical Marxista Guillermo Lora no Litoral Norte de SP

Foi realizado no dia 26 de Março, na subsede da APEOESP de Caraguatatuba, o curso da Corrente Sindical Marxista Guillermo Lora, que debateu 2 textos do Jornal “O Internacionalista n.2”.

O primeiro texto discutido foi “A tarefa central do momento: Lutar pela real independência de classe dos movimentos e organização das massas” que analisa a política nacional sendo implementada pelo governo reformista e como as burocracias sindicais foram estatizadas. Mostrando que a frente ampla burguesa que elegeu Lula/Alckmin também arrastou a burocracia sindical e mesmo setores das oposições sindicais. Assim descreve um trecho do artigo “As direções se subordinam espontaneamente à centralização governamental, apesar de não terem quase nenhuma possibilidade de interferência nas decisões sobre as políticas governamentais” e concluiu expondo tamanho a burocratização a classe operária está sofrendo com suas direções sindicais: “A consequência é um alto grau de estatização das organizações das massas, comparável às da época de Vargas, da Ditadura Militar e certamente ainda maior

que durante os primeiros governos do PT, neste século.”.

Esta subordinação das direções sindicais é muita cara aos oprimidos que ficam à mercê e acaba sendo empurrado goela a baixo férias coletivas, PDVs, atrasos nos salários como no caso dos operários da AVIBRÁS que estão há mais de 6 meses sem receber. Essa ausência de uma política real de independência de classe por parte das direções de todo espectro político, da direita à esquerda, deixam de mãos amarradas os trabalhadores da base.

Já o segundo texto foi o “A luta pela formação de uma oposição revolucionária nos sindicatos de professores estaduais e municipais” que traz como exemplo prático como as direções sindicais estão submetidas à defesa das medidas do governo, em nome da “defesa da democracia” e de combate as “forças golpistas” que ameaçam a estabilidade do governo dito de “democrático e popular”. Além disso, o texto lembra do surgimento do PSOL, de uma ruptura no PT, que tinha como objetivo lutar pelas reformas e reivindicações dos trabalhadores, bem como pela democratização do Estado que o PT abandonou.

No entanto, o PSOL e parte de suas correntes internas estão retornando ao leito governista e petista em um momento em que o PT está aplicando políticas antioperárias e antipopulares. O texto também menciona a situação nos sindicatos de professores do Estado de São Paulo (Apeoesp) e da Prefeitura da capital (Sinpeem), onde a integração de parte do PSOL à burocracia petista causou uma ruptura na Oposição desses sindicatos, empurrando algumas correntes a formarem uma chapa independente do governismo e da burocracia cutista, enquanto outras se orientam para formar uma frente eleitoral oportunista com as correntes que se fundiram com o petismo na Apeoesp. O texto critica as reviravoltas oportunistas dos partidos de esquerda e suas vacilações em momentos de romper com o petismo.

Por fim, concluiu que não é possível defender as reivindicações dos trabalhadores ao mesmo tempo em que se defende o governo que as ataca. A luta pela independência de classe é uma condição necessária para levantar honestamente as bandeiras que expressem as reais necessidades das massas. ●

27 anos do Massacre de Eldorado dos Carajás

Em 17 de abril de 1996, ocorreu o histórico massacre de Eldorado dos Carajás. No mês de abril daquele ano, a luta pela terra tomava força no Estado do Pará. Mais de 1.500 sem terra marchavam em direção à capital do Estado, Belém, para reivindicar a desapropriação de uma fazenda junto ao INCRA. No meio do caminho, foram cercados pela Polícia Militar, que utilizou a violência reacionária estatal para tirar a vida de 21 sem terras, e deixou outros 79 feridos.

Apesar da repercussão internacional, apenas dois comandantes da operação policial foram condenados por homicídio doloso. Foram presos em 2012 e, após 4 anos de prisão, passaram a cumprir a pena em liberdade. ●

2 de abril de 1898 Morre Eleanor Marx

Filha menor de Karl Marx e Jenny Von Westphalen, Eleanor nasceu em 1855. Converteu-se em secretária pessoal do pai já em sua adolescência, influenciada pela atividade teórica e organizativa desenvolvida por ele junto a Friedrich Engels. Após a morte do pai, organizou e traduziu suas obras. Colaborou com Engels, na obra “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”.

Por sua capacidade, conhecimentos e dedicação à luta pelo socialismo, conquistou um lugar importante na luta operária como oradora, organizadora de sindicatos e dirigente política. Foi membro da Federação Social-democrata e da Liga Socialista. Em 1889, teve um papel de relevância na organização da II Internacional, e na tradução de suas resoluções. Participou e organizou as greves das operárias de Bryant e May (1888), e de Silvertown (1889). Ajudou a formar o Sindicato Nacional de Operários do Gás, e fundou sua primeira seção feminina, sendo eleita para o Conselho Executivo do sindicato.

Lutou pela integração das operárias à luta revolucionária com plena igualdade de direitos econômicos, civis e políticos nos sindicatos, lutas e nos partidos revolucionários. Ciente do destacado papel das mulheres na Comuna de Paris, afirmou: “quando a revolução acontecer ... será pelos operários, sem distinção de sexo, ofício ou país, lutando ombro a ombro”. Eleanor Marx foi um pilar do trabalho político pela elevação da mulher operária à teoria marxista, e sua integração à luta revolucionária. ●

4 de abril de 1968 / Assassinato de Martin Luther King

Martin Luther King (MLK), nascido em 15 de janeiro de 1929 (Atlanta, Georgia), foi um pastor batista e, desde 1955, se transformou na figura política e líder mais proeminente do movimento pelos direitos civis e contra a segregação racial, nos Estados Unidos. Em 1964, ganhou o Prêmio Nobel da Paz e, em 1965, passou a ser um dos principais alvos do programa de contrainteligência do FBI, por denunciar a Guerra de Vietnã e começar a estruturar um movimento de brancos e negros pelo fim da pobreza no país.

Excelente orador e destacado agitador, era capaz de captar a atenção, e de mobilizar milhões, por trás de um programa comum de reivindicações. Foi um reformista convicto na possibilidade de alcançar a plena igualdade racial sem destruir o capitalismo. Ainda hoje, correntes como Black Lives Matter e outras reconhecem seu legado, e defendem os métodos da “não violência” e “desobediência civil”, inspirados no cristianismo e no ativismo não-violento de Mahatma Gandhi.

MLK nunca se elevou à compreensão marxista de que o escravismo moderno se acha na raiz da acumulação originária do capital, e que o racismo é uma manifestação ideológica dos interesses burgueses para continuar a extrair o produto excedente de uma força de trabalho submetida a condições sub-humanas de existência. Sobre essa base histórica, forjou-se e se consolidou a burguesia

norte-americana, opressora dos povos negros do mundo todo. Portanto, jamais compreendeu que o fim das leis segregacionistas seria condicionado pelas mesmas forças econômicas e sociais que as sustentaram. Definitivamente, esteve completamente alheio à luta pelo fim do capitalismo como a única via para acabar com toda e qualquer opressão de uma raça sobre outra, que nada mais é que uma manifestação da opressão de classe.

Reivindicamos a luta democrática pela defesa da total e plena igualdade entre negros e brancos em todos os aspectos da vida social, econômica e política. A luta pelas reivindicações democráticas é de fundamental importância para a tática revolucionária do proletariado, para colocar em choque os explorados contra os fundamentos do estado burguês. O Estado burguês e a burguesia branca são incapazes de dar uma solução real e definitiva à opressão racial. As massas negras arcam com a barbárie, são desgraçadas com baixos salários e os piores trabalhos, continuam a ser perseguidas e discriminadas. É organizando as massas negras sob um programa comum com os explorados brancos pelo fim do capitalismo e pela instauração do estado operário, utilizando-se da violência revolucionária, abrindo caminho à transição ao socialismo, que se criarão condições para impor a completa e plena igualdade entre todas as raças. ●

4 de maio de 2011 / Assassinato de Osama Bin Laden pelos EUA

Bin Laden foi o principal líder da organização nacionalista islâmica Al Qaeda. Nascido em uma família bilionária, usou seus recursos para por em marcha um movimento jihadista, que na década de 1980 lutou contra a ocupação soviética no Afeganistão. No final da década de 1980, fundou a Al Qaeda, foi expulso da Arábia Saudita em 1991, e perdeu sua cidadania em 1994, por se chocar com o

governo do país, que cedeu território para os soldados dos EUA atacarem o Iraque. Organizou e realizou os ataques do 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos. Depois dos atentados, Bin Laden passou dez anos se escondendo no Afeganistão e Paquistão, onde terminou assassinado. Bin Laden expressava o nacionalismo islâmico, e se chocava com o imperialismo ianque por meio de atentados. Como

expressão de sua burguesia nacional submissa aos EUA, jamais seria capaz de derrotar o imperialismo. Diante do choque militar entre o imperialismo e uma expressão do nacionalismo semicolonial, colocamo-nos ao lado deste contra aquele. Porque cada vitória do imperialismo em qualquer parte do mundo é uma derrota do proletariado mundial, fortalece a opressão nacional e de classe em

toda parte. O que não significa qualquer apoio político aos nacionalistas islâmicos, ou a seus governos. Essa posição leva a que o proletariado dos países imperialistas boicote as guerras levadas adiante por seus governos (derrotismo revolucionário), e se coloquem ao lado do proletariado e demais oprimidos dos países semicoloniais agredidos. ●

17 de maio de 1990 OMS suprime a homossexualidade como doença mental

A Organização Mundial de Saúde decide suprimir a homossexualidade como doença mental da lista de patologias registradas no Manual de Diagnóstico e Estatística de Distúrbios Mentais, e a data se torna no Dia Internacional de Luta contra a Homofobia e Transfobia. Essa organização imperialista formaliza algo que se conquistou com muita mobilização e enfrentamento com a polícia, em vários países. A burguesia em toda parte ainda persegue, discrimina, oprime e mata os homossexuais, que são grande parte da população assalariada e juventude. Os exploradores e seus governos e instituições (destacam-se as igrejas) se voltam hipocritamente contra a homossexualidade porque enxergam nela a oposição ao núcleo econômico da sociedade capitalista, a família. A opressão sobre os homossexuais é mais uma manifestação da opressão de classe, e não será eliminada no interior do capitalismo. As reivindicações próprias devem ser ligadas às da luta geral dos explorados contra os exploradores, em direção à revolução proletária. Somente a partir do início da transição ao socialismo, que desintegra a propriedade privada por meio da expropriação, será possível criar as condições para extirpar a opressão sexual. ●

13 de maio de 1888 Assinatura da Lei Áurea

Assinatura da Lei Áurea, de Abolição da Escravatura no Brasil – que libertou 700 mil escravos, ainda então mantidos sob esse regime no Brasil. O processo de abolição da escravatura no Brasil se deu durante muitos anos, período em que ocorreram diversas revoltas (Carrancas, Cabanagem, Vassouras, Balaiada, etc.), duramente reprimidas pelo Império brasileiro, e foram construídos muitos refúgios para os escravos que conseguiam fugir (quilombos, como maior deles, Palmares). O governo manteve o processo de abolição lento e gradual. As leis Eusébio de Queirós (interrompendo tráfico, sob pressão da Inglaterra, que buscava constituir a exploração do trabalho assalariado), do Ventre Livre (os recém-nascidos ganhavam liberdade) e dos sexagenários (maiores de 60 anos ganhavam a alforria, mas pouquíssimos atingiam essa idade), foram restringindo a escravidão, até a promulgação da Lei Áurea. Os escravos libertos foram jogados nas ruas, sem nenhuma assistência. Os ex-escravos constituíram o germe da classe operária no Brasil, e a maioria da população nacional. O racismo foi preservado pela classe dominante, e perdura até os dias de hoje. Para o marxismo, o racismo é manifestação da opressão de classe, assenta-se na exploração do trabalho assalariado e na propriedade privada dos meios de produção social. A luta efetiva contra o racismo parte das reivindicações imediatas (trabalho igual, salário igual; fim da discriminação na contratação e em todas as atividades; fim da repressão policial sobre os negros, etc.), ligando-as às lutas gerais do proletariado em direção à revolução e ditadura proletárias, que criará as condições para acabar com toda forma de opressão social. ●

17 de maio de 2009 / Morre Guillermo Lora

14 anos da morte de Guillermo Lora, principal dirigente do Partido Obrero Revolucionário – POR – da Bolívia, onde militou desde os anos de 1940 até sua morte. Foi o principal militante trotskista em seu país, e um dos melhores no mundo. Ainda muito jovem, teve de se refugiar junto aos operários nas minas, principal setor econômico do país, então. Em 1946, escreveu as Teses de Pulacayo, aprovadas no Congresso Nacional da Federação dos operários mineiros, e que se tornou no programa operário do país. A classe operária mineira, ao interagir com os militantes do POR, acabaram por influenciar seu programa. Essa rica experiência permitiu ao partido dar um salto na elaboração coletiva e dar sua contribuição na concepção leninista de partido centralista democrático. Em 1947, foi eleito deputado pelo Bloco Mineiro Parlamentar, usando o cargo como Tribuna Revolucionária de denúncia do parlamento burguês, mas foi logo cassado. Teve participação ativa nos momentos seguintes aos da Revolução de 1952 (estava na data na Europa, onde foi abandonado pela direção da IV Internacional pablista, que se negou a cumprir seu compromisso quanto à volta dele à Bolívia). Mostrou que o foquismo guevarista não teria como

realizar a revolução na Bolívia, por estar apartado das massas, mas esteve ao seu lado contra o governo e a burguesia. Teve papel destacado na formação da Assembleia Popular de 1971, que estabeleceu um organismo de duplo poder das massas diante do governo do general Torres. Lora redigiu suas principais resoluções. Lora escreveu a História do Movimento Operário Boliviano, documento mais completo sobre a realidade proletária de seu país. Obra que integra os 70 tomos de suas “Obras Completas”, que contém toda a rica elaboração do revolucionário ao longo da sua militância de sete décadas. Internacionalista convicto, sempre trabalhou pela construção de um partido mundial da revolução socialista. Defensor das teses de Trotsky, aplicou-as à realidade mundial das décadas seguintes. Diante da falência de organizações internacionais que se reclamavam do trotskismo, mas caíram no reformismo vulgar, Lora se pôs a construir o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, sendo que um dos pontos fundamentais de seus estatutos foi a defesa incondicional das conquistas revolucionárias do proletariado nos Estados Operários Degenerados, como a Rússia e a China. ●

Pela vitória das massas e derrota militar da OTAN!

O Tribunal Constitucional da França sancionou como “ajustado a direito” o decreto de Macron, que impôs a Reforma das Aposentadorias, por cima do Parlamento. A decisão apenas reforça o objetivo da burguesia francesa de impor a contrarreforma que destrói direitos sem precisar recorrer à máscara democrática parlamentar. Não haverá qualquer negociação ou concessão às massas quando se trata de preservar os lucros parasitários sobre suas condições de vida mais elementares.

O sacrifício das massas ao objetivo de continuar a municiar e suprir o aumento das despesas e financiamento da guerra na Ucrânia é uma política comum a todas as frações da burguesia imperialista europeia. A União Europeia decidiu dispor dos fundos bilionários aprovados para o desenvolvimento social do continente para a aquisição de mais armas e material bélico. Dispondo de fundos, as remessas e exportações de armas e munições permitem parasitar desses fundos e obter lucros imediatos.

As greves na Inglaterra e na Alemanha têm por base objetiva as mesmas reivindicações econômicas, e se chocam com os governos imperialistas mais importantes da Europa, envolvidos diretamente na guerra na Ucrânia. Porém, também cresceram nesses países as manifestações contrárias a continuar despejando recursos financeiros em uma guerra que nada diz respeito aos explorados, e que bem poderiam servir para resolver parte de seus problemas mais imediatos. E agora soma-se a resistência dos pequenos e médios produtores agropecuários, que viram inundar os mercados europeus com os grãos baratos procedentes da Ucrânia. Polônia, Hungria e Eslováquia decidiram suspender as importações. Bulgária e Romênia ameaçam seguir o mesmo caminho. O chamado Acordo de Grãos, que devia prover matérias-primas alimentícias abaixo dos custos de produção europeus, e assim ajudar aliviar a inflação, acabou destruindo as condições de produção de uma classe que historicamente serviu à estabilidade burguesa da Europa. Eis como os efeitos e consequências da guerra começam a atingir ao conjunto dos explorados e oprimidos, favorecendo a confluência dos movimentos grevistas e contra a guerra na Europa com o do campesinato.

A suspensão pela União Europeia do Acordo de importação de grãos da Ucrânia é uma medida política que visa a evitar essa confluência. Ainda é necessário preservar a frente unida para derrotar a Rússia, e continuar a alimentar os lucros parasitários da guerra. O principal interessado e beneficiário são os EUA. Por isso, ameaçaram a França de se virar sozinha na guerra da Ucrânia, caso não se submeta ao objetivo traçado pelo imperialismo norte-americano para Taiwan. Entretanto, a derrota da Rússia

cada vez parece mais improvável de acontecer. Os acordos sino-russos e o crescimento da economia russa, enquanto a europeia afunda, bloqueiam conjunturalmente os planos de vitória imperialista.

Ao capital financeiro e à burguesia imperialista interessa a guerra na Ucrânia, não apenas para dar saída ao capital financeiro paralisado nas potências. Mas, fundamentalmente, como uma via para equacionar a lei tendencial à queda da taxa dos lucros monopolistas pela via da destruição da propriedade estatizada na Rússia, e das forças produtivas que sobre essa base se ergueram, e assim abrir uma válvula de escape à decomposição capitalista. Por isso, as oscilações de Macron com respeito a Taiwan não alteraram sua decisão de continuar com o envio de armas e injeção de bilhões de euros na guerra. O governo alemão e inglês, assim como o polonês e outros, seguem ainda firmes sob a direção do imperialismo norte-americano. Porém, a continuidade da guerra acaba por destruir as economias nacionais da Europa, cujas consequências, por sua vez, são repassadas na forma de ataques e mais contrarreformas sobre as massas. No quadro de alta da luta de classes, isto significa abrir caminho ao choque direto dos explorados e oprimidos contra a burguesia e seus governos em seu conjunto.

A defesa das reivindicações dos explorados coloca a classe operária e demais oprimidos em choque direto com a farsa da democracia burguesa e a maquinaria bélica montada para servir ao parasitismo da burguesia imperialista. Por sua vez, a derrota militar da OTAN não apenas ajudaria a preservar a propriedade estatizada – a mais fundamental e decisiva das conquistas revolucionárias – quanto permitiria à classe operária francesa, alemã e inglesa debilitar seu inimigo principal na sua própria casa. A tática do derrotismo revolucionário leninista, nas atuais condições, está intimamente ligada à luta pela derrota das contrarreformas e dos planos e ditames do capital financeiro.

Dessa compreensão objetiva surgem as palavras de ordem que de fato podem ajudar às massas na sua vitória, e que devem ser defendidas e propagandeadas amplamente pela vanguarda com consciência de classe. São elas: *Abaixo as contrarreformas! Aumento imediato dos salários de acordo com o aumento dos preços! Pela derrota militar da OTAN! Controle operário coletivo sobre a indústria! Boicote ao envio de armas!* Eis como se dará um passo para derrotar os parasitas e seus governos com a luta coletiva das massas. Eis como se dará também um passo concreto e prático para forjar uma verdadeira direção revolucionária, proletária e internacionalista, sob o programa da revolução e ditadura proletárias. ●

As razões da “guerra comercial”: as balanças comerciais desfavoráveis

As balanças comerciais desfavoráveis e o aumento das Dívidas Públicas nas potências imperialistas alimentam os conflitos mundiais, opondo cada vez mais modelos econômicos opostos: o dos países capitalistas imperialistas, em que predomina a grande propriedade burguesa, e o dos países em fase de transição para o socialismo, em que predomina a grande propriedade estatizada. Isto é, de um lado, os países de Estados imperialistas, como EUA, Japão, Reino Unido, França, Alemanha e, de outro, os países de Estados Operários (degenerados), confrontando-se na arena do mercado mundial.

Centramo-nos, nesta matéria, na apresentação dos dados sobre as balanças comerciais desfavoráveis, mostrando que a tendência geral é de que os maiores países imperialistas continuem perdendo espaço na exportação de bens de produção, enquanto continuam a crescer os países em que domina a propriedade estatal (China e, em menor grau, Rússia). Nas próximas edições, vincularemos os dados das balanças comerciais à política monetária dos governos e a questão das Dívidas Públicas dos Estados imperialistas, para, por fim, em uma última matéria, revelar as leis econômicas e históricas que confrontam os países imperialistas e os países que realizaram as revoluções proletárias e apresentam, hoje, economias de transição para o socialismo.

O que podemos adiantar sobre o desenvolvimento deste estudo é que, neste confronto, há já um desequilíbrio que favorece os Estados Operários: os Estados imperialistas não contam com uma centralização político-econômica como a dos Estados Operários, que têm, como conquista fundamental das revoluções proletárias, a grande propriedade estatal/nacional. Por mais mecanismos protecionistas e organismos internacionais que os Estados imperialistas criem, ainda prevalece a anarquia da produção (com o incremento da ciência e tecnologia em diferentes setores, e a disputa por mercados, na maior parte dos ramos) e a ação predatória, na fase imperialista, do capital financeiro, que busca sempre a maior lucratividade, “desrespeitando” as políticas monetárias dos grandes governos imperialistas, como a dos EUA ou a da Europa, como se viu recentemente com a crise no setor bancário.

Seja no médio ou no longo prazo, os desequilíbrios nas balanças comerciais (ligados à importação e à exportação de bens e de capitais), não são tão eficazmente combatidos pelos Estados imperialistas, por meio de políticas governamentais, como pode ocorrer nos países de Estado Operário, por mais degeneradas que sejam as burocracias que controlem política e economicamente estes Estados, o que tem produzido, em última instância, as causas materiais mais profundas da chamada “guerra comercial” e, como já vemos agora, dos conflitos bélicos, no caso da Guerra na Ucrânia, cujo objetivo último, por parte do imperialismo, é destruir maciçamente forças produtivas dos Estados Operários, para, com isso, ganhar um fôlego maior para preservar o sistema capitalista apodrecido.

Dados recentes das balanças comerciais

Embora os EUA apresentem déficit na balança comercial há mais de uma década, os últimos anos revelam uma tendência progressiva na importação de bens, de um lado, e exportação de serviços, de outro, mesmo em diferentes governos, como o do republicano Donald Trump, ou do democrata Joe Biden.

Em 2020, o déficit ficou 17,7% maior do que o de 2019, atingindo a marca US\$ 678,74 bilhões, puxado pela balança deficitária de bens, que ficou negativa em US\$ 915,790 bilhões; o rombo só não foi maior por causa da situação superavitária dos serviços, em US\$ 237,05 bilhões. A China ganhou US\$ 310,8 bilhões nas exportações com os EUA, ainda que estivéssemos no auge do discurso e da política de Trump, que, em julho de 2018, havia iniciado a aplicação de maiores taxas alfandegárias em mais de 800 produtos chineses. Em 2021, já sob Biden, o déficit em relação a 2020 aumentou 27%: atingiu o recorde US\$ 859,13 bilhões. Novamente, houve um desequilíbrio entre a troca de bens e serviços, no mercado mundial. O déficit de bens foi de US\$ 1,1 trilhão, enquanto os serviços registraram superávit de US\$ 231,5 bilhões, o menor desde 2012. Mais uma vez, o déficit dos EUA em relação à China aumentou, foi de 14,5% maior do que em 2020. Em 2022, o déficit da balança comercial foi de US\$ 948,1 bilhões, um aumento de 16,4%, em relação a 2021. O déficit com a China aumentou 8%, chegando a US\$ 382,9 bilhões. Por estes números, é possível ver a tendência geral da relação entre EUA e China: o fundamento econômico da “guerra comercial” que, com certeza, não tem surtido o efeito que os sucessivos governos burgueses norte-americanos querem impor.

O Japão, que é o terceiro PIB do planeta, vive estagnado economicamente há mais de duas décadas, e também tem apresentado déficit na balança comercial. No caso do país asiático, há questões incontornáveis para resolver esta balança, como a escassez de recursos minerais e matérias-primas, que exigem importação abundante. Em 2022, o déficit comercial foi US\$ 156 bilhões, tendo sido superavitário em relação aos EUA, mas deficitário em relação à China e à Europa. Em março de 2023, a balança comercial já apresentava, pelo 20º mês consecutivo, um aumento das importações em relação às exportações. Quando recuamos para 2020, vemos que o déficit da balança foi US\$ 20,501 bilhões, mas, diferente dos EUA, o déficit veio em função da importação de serviços, a exportação de bens foi superavitária em US\$ 5,859 bilhões. Tendência que já seria revertida em 2021, quando o déficit da balança foi de US\$ 52,430 bilhões, tendo sido deficitária, tanto na exportação de serviços, quanto de bens.

A maior economia da Europa, a Alemanha, também vem enfrentando balanças comerciais desfavoráveis, mesmo tendo a seu favor toda a zona do euro (a União Europeia representa cerca de 67% de todas suas exportações). O principal país exportador para a Alemanha é a China (com cerca de 11%). Assim como o Japão, seus déficits maiores encontram-se na importação de serviços, porque é uma das economias mais industrializadas do

planeta; por exemplo, é ainda o maior exportador mundial de carros. É, sem dúvida, o país que mais se beneficia do bloco europeu, apresentando, em alguns anos, superávit da balança comercial superior a 6% do PIB (teto para superávit segundo as regras da UE). Em 2020, foi superavitária a exportação de bens em US\$ 210.206 bilhões e deficitária em apenas US\$ 1,961 bilhão, no setor de serviços. Em 2021, a relação foi de US\$ 211,802 bilhões a favor da exportação de bens (superávit) contra US\$ 3,797 bilhões (deficitária), nos serviços. Em 2022, a balança comercial foi superavitária em US\$ 83,39 bilhões, o que representa uma brusca queda.

No caso da 5ª maior economia do globo, o Reino Unido, ela também apresenta um déficit da balança comercial estrutural como os EUA, e até anterior aos EUA, em função da financeirização da economia, com menos bens produzidos e exportados do que outras grandes economias da Europa. Em 2020, o déficit da balança comercial em bens foi de US\$ 230 bilhões, enquanto o superávit em serviços foi de US\$ 137,7, gerando ainda um déficit geral na balança de US\$ 92,3 bilhões. Como a Alemanha, a China aparece como a primeira em exportação para o país, cerca de 11%. Em 2021, o déficit em relação aos bens foi de US\$ 225,597 bilhões, enquanto o superávit em exportação de serviços foi de US\$ 174,619 bilhões, produzindo um déficit menor, de US\$ 50,977 bilhões. Em 2022, as exportações de bens e serviços do Reino Unido totalizaram US\$ 1,012 trilhão contra US\$ 1,120 trilhão em importações, com mais déficit geral na balança.

Por fim, entre as maiores economias do planeta, está a da França. Como EUA e Reino Unido, também apresenta uma forte déficit comercial, tendo a seu favor uma balança de serviços, ligada ao turismo, bastante superavitária. Em 2020 e 2021, os déficits gerais da balança comercial foram parecidos: US\$ 80,781 bilhões no primeiro ano da pandemia, e US\$ 84,605 bilhões, em 2021. Em 2022, sofreu enormemente com a questão da Guerra na Ucrânia, vendo os custos com a importação de energia inflar a importação geral de bens. O déficit comercial de bens, em 2022, foi de US\$ 180 bilhões, uma piora que esteve quase totalmente vinculada à importação de energia, 86% do total. Se observamos o déficit de outros grandes países da Europa em relação à importação de energia, também vemos resultados bastante negativos: a Itália já tinha um acumulado de déficit na balança comercial de 2022 de US\$ 34 bilhões em novembro; valor puxado por um déficit gigantesco de mais US\$ 93 bilhões em importações no setor de energia.

Como se vê, quando se olha para os países burgueses mais industrializados do planeta, a tendência observada é de queda na exportação de bens de produção, resultando em balanças comerciais negativas, ano após ano. Mesmo a Alemanha, a maior beneficiada com a União Europeia e a zona do euro, encontra dificuldade em manter a balança comercial superavitária. A brusca queda em 2022 ocorreu, sem dúvida, em função da Guerra na Ucrânia, que forçou um aumento nos custos de importação de bens ligados à energia, como ocorreu com a França e a Itália. O resultado não poderia ser pior: em 2022, toda a zona do euro acumulou um déficit comercial de € 314,7 bilhões (cerca de US\$ 344 bilhões) ante o superávit de € 116,4 bilhões (cerca de US\$ 127 bilhões) de 2021.

Entretanto, não é só a Guerra e os custos da energia que pesaram para a Europa, há o avanço da China, que há anos ultrapassou a região. Em 2021, por exemplo, o superávit comercial da China foi de US\$ 676,43 bilhões e, em 2022, de US\$ 877,6 bilhões. Nem a pandemia do coronavírus ou a Guerra na Ucrânia impactaram nos resultados das balanças comerciais da China. Mesmo a Rússia, enfrentando fortes sanções econômicas em 2022, teve uma balança positiva. Seu superávit aumentou 1,7 vezes ao longo do ano, para um recorde de US\$ 333,4 bilhões. O total de exportações chegou a US\$ 591,4 bilhões, um aumento de 19,9% em relação a 2021. Isso porque a queda de 35% nas exportações para os EUA, e de 80% para o Reino Unido, por exemplo, foram compensadas pelo aumento de comércio com Índia (310%), Turquia (200%) e China (64%). A China tornou-se a segunda maior parceria comercial da Rússia. E, se olharmos para a Europa, vemos que a China também já é a segunda maior parceira comercial: ultrapassou os EUA em 2020, quando totalizou € 586 bilhões contra € 555 bilhões dos EUA, na soma de exportações e importações. Se observamos o gigante econômico que é o Japão, apesar da estagnação, a China também aparece como o maior parceiro comercial desde 2007, quando ultrapassou os EUA. O valor de exportações e importações entre Japão e China, excluindo Hong Kong, chegou a US\$ 214,62 bilhões entre março de 2006 a março de 2007; no mesmo período, o comércio entre Japão e EUA chegou a US\$ 212,51 bilhões.

Estes números das balanças comerciais, e das parcerias comerciais, podem ser facilmente explicados quando se olha para a produção industrial mundial. Os dados mais recentes, de 2021, revelam que os cinco principais países, na exportação, são, em ordem decrescente: China, com 30,45%; EUA, com 16,76%; Japão, com 7,01%; Alemanha, com 4,76%; e Índia, com 3,16%. Em relação à produção mundial, a China continua liderando com 18,43%, seguida pela Alemanha, com 8,60%, EUA, com 8,07%, Japão, com 3,90% e Hong Kong, com 3,67%.

Algumas conclusões

Os déficits comerciais exigem uma diminuição das reservas entesouradas pelos Estados ou levam a um maior endividamento deles. A médio e a longo prazos, significam um estrangulamento do investimento estatal, que dispõe cada vez menos de recursos para emprestar, e exige, igualmente, uma elevação das taxas de juros para captação de mais recursos (aumentando a Dívida Pública). As taxas de juros, por sua vez, nacionalmente, encarecem a produção interna, diminuindo ainda mais a possibilidade de investimento. É contra esta rota de colisão que se insurgem as frações dos governos imperialistas quando se lançam na guerra comercial e impulsionam as tendências bélicas.

Na próxima edição deste estudo, desenvolveremos a questão das Dívidas Públicas e seu impacto em relação as diretrizes políticas do imperialismo. No momento, o que se pode extrair destes desequilíbrios comerciais mundiais é os países imperialistas precisam destruir as forças produtivas, a indústria de países como a China e a Rússia, para fazer frente à crise atual das principais economias do globo. ●

As tendências objetivas da luta de classes colocam ao proletariado francês combinar a luta pela derrota da Reforma com a luta pela derrota militar da OTAN na Ucrânia

Em 13 de abril, aconteceu a décima-segunda greve nacional, convocada pelas centrais sindicais contra a Reforma da Aposentadoria, a qual foi aprovada pelo decreto de Macron. Uma semana antes, o Tribunal Constitucional considerou que a aprovação por decreto de Macron foi “ajustada a direito”, encerrando, com um canetaço, qualquer via de contestação jurídica ou constitucional para sua revogação. Isto acontecera dias antes de convocada a última greve nacional. O que demonstrou claramente que a derrota da contrarreforma dependerá de as massas impô-la com os métodos da luta de classes.

Desde que explodiram as greves em janeiro, a mobilização de massas cresce em massividade e radicalização. As votações nas assembleias operárias continuam demonstrando que as massas não se submetem às decisões das instituições burguesas, e querem seguir lutando. Destacaram as votações em algumas assembleias que exigem das direções que deixem de convocar greves parciais, e decidam convocar uma greve geral por tempo indeterminado. É um claro sinal de que a revolta operária está longe de arrefecer, e que se mantém a pressão das bases sobre as burocracias sindicais.

Operários das ferrovias e dos transportes, das refinarias e geradoras de energia nuclear, compareceram como vanguarda nas últimas greves, de 6 e 13 de abril. Além da paralisação dos locais de trabalho, viu-se um setor do movimento sindical invadir as sedes do fundo de investimento Black-Rock (envolvido no negócio bilionário das pensões) e da indústria de artigos de luxo Louis Vuitton. Mas, o ponto alto foi dado por uma manifestação espontânea de solidariedade de classe internacional. Na greve de dia 6 de abril, após o bloqueio dos operários franceses das refinarias do país, o governo procurou abastecer o país de gasolina e gás que estava em falta, recorrendo à refinaria da Total, sediada na Bélgica. Porém, os operários belgas se negaram a servir de fura-greves, e iniciaram sua própria greve. Nas manifestações na França, há ainda, entre os operários franceses, delegações espanholas e belgas.

A decisão de impor a contrarreforma pela via do decreto demonstra que a burguesia francesa, decidida a continuar a financiar a guerra na Ucrânia, e em face do retrocesso da economia nacional, não pode esperar para impor seus interesses aguardando as negociações com as direções sindicais: deve garantir o parasitismo financeiro e os lucros monopolistas imediatamente, a sangue e fogo, se necessário. Mas, essa via acaba fortalecendo as tendências de radicalização e projeção das greves e manifestações. E instintivamente acabam revelando as bases programáticas sobre as quais se desenvolverá a unidade dos explorados e oprimidos contra a burguesia e sua ditadura de classe. Está clara a estreita relação entre o envolvimento da burguesia e o capital financeiro franceses na Guerra da Ucrânia com a Reforma das Aposentadorias. Na medida que a guerra continuar, e o capital

francês mantiver sua política belicista, novas contrarreformas virão a ser aplicadas – a sangue e fogo também. Assim, ficará mais claro para as massas que, sem impor o fim da participação de seu governo e capitalistas na guerra e a imediata resolução de suas reivindicações, a burguesia não apenas continuará atacando-as, como reforçará sua ditadura.

A permanência das tendências de alta da luta de classes cria condições favoráveis para que as massas possam vir a tirar as conclusões práticas da ligação entre a guerra e a luta pelos seus direitos e reivindicações. Essa avaliação está fazendo também a própria burguesia. Ainda que a aprovação por decreto da Reforma da Previdência não esteja em discussão, cada vez mais setores burgueses avaliam que talvez seja necessário negociar com as direções burocratizadas para assim terem algo a oferecer, facilitando a desativação das greves e dos protestos, e garantir a marcha de seus negócios. Sob essa diretriz, Macron convoca as Centrais a negociarem qualquer coisa que queiram, menos a Reforma.

A primeira central a se mostrar disposta ao diálogo foi a CFDT – a maior em número de filiados. Seguiu-a a CGT, após encerrado o 53º Congresso, e garantida a permanência da direção reformista no controle da Central. Encaminham-se, dessa forma, para trair o movimento, e ajudar o governo e a burguesia a se fortalecerem. Entretanto, nada terão de concreto para arrefecer o movimento e, logo, se verão em dificuldades para explicar às bases porque ajudaram a frear um poderoso movimento, capaz de impor ao governo a revogação, por uma farsa “negociada”.

A vanguarda com consciência de classe deve lutar, junto ao setor mais avançado do proletariado, pela convocatória de assembleias gerais e a constituição de comitês unitários de luta, elegendo uma direção pelas bases para dirigir a mobilização. Assim se avançará à unificação, se erguerá uma direção surgida da luta, e se derrotará as traições das direções. Por outro lado, devem ajudar a transformar as demonstrações espontâneas de solidariedade entre a classe operária de diferentes países em unidade internacionalista, baseada em um programa comum na luta pelas reivindicações e contra a vitória de sua burguesia e da OTAN na guerra da Ucrânia. As reivindicações da classe operária na Europa são as mesmas porque entram em choque com as frações da burguesia europeia, que, em seu conjunto, se orienta a despejar as mesmas contrarreformas para garantir seu parasitismo e lucros nas condições de guerra e de crise.

A tarefa fundamental, portanto, é dar uma expressão política consciente às tendências presentes na luta de classes, sob um programa que ajude a transformar a luta reivindicativa em luta política. Nesse caldeirão, será possível forjar a vanguarda e o programa do partido revolucionário, que estará sob a estratégia da revolução e ditadura proletárias. ●

A burguesia lucra com a guerra, as massas empobrecem. Erguer a luta de classes sob a bandeira do derrotismo revolucionário!

A retração prevista do PIB alemão para 2023 é de -0,4%. A permanência dos estragos causados pela crise de 2008 combina-se às consequências da Pandemia e da guerra na Ucrânia. Em 2022, houve 7.133 declarações de insolvência de empresas, de pequeno e médio porte: 5% a mais que em 2021. Um quarto das indústrias com menos de 1 mil empregados cancelaram compras ou planejam fazê-lo. 11% das indústrias com mais de mil empregados reduziram compras de equipamentos, e entre 2% e 3% dessas avaliam se mudar para o estrangeiro.

Piora o cenário, ao observar que a retração salarial se combina à alta inflacionária (8,7%), e a energia aplicada na indústria caiu em média 13%, em relação ao ano de 2022, afetando especialmente a produção de matérias-primas e bens de alto valor agregado industriais, que atingem inúmeras outras cadeias produtivas, e elevam os preços de produção em todos os setores estratégicos da economia nacional. A desagregação das condições econômicas na Europa e das cadeias de suprimentos, assim como o estancamento dos investimentos e destruição de ativos financeiros não realizados no mercado, alimentam os desinvestimentos, a queda da produção e a diminuição na utilização da capacidade produtiva instalada. Essa situação é desastrosa para um país que depende das exportações ao mercado europeu e mundial, duramente atingido pelo estreitamento de sua capacidade de consumo.

O estreitamento da aliança entre China e Rússia é um outro fator de desestabilização para a economia alemã. Os acordos garantiram ecoar as exportações de gás e petróleo russo que foram cortados na Europa. O aumento dos preços e do volume exportados à China compensou a perda do mercado europeu. Por sua vez, a China garantiu um suprimento constante de recursos energéticos, que fortalecem sua economia, ao manter aquecida a produção industrial e as exportações. Os acordos assinados em Moscou, assim, fortalecem as posições mundiais dos Estados Operários degenerados e outorgam-lhes maior capacidade de resistir ao cerco imperialista. Para a Alemanha, que se viu obrigada sob pressão norte-americana a prescindir do petróleo e do gás russo (mais barato), para passar a depender das importações sob controle dos EUA (mais caro). Os preços do petróleo e do gás tiveram uma alta de mais de 55%. Os EUA aproveitam-se da situação para avançar em seu objetivo de desagregar a indústria alemã e conquistar suas posições no Mercado Europeu. Isto se passa no momento em que a tendência de derrocada do sistema bancário golpeia o gigante Deutsche Bank, base do sistema financeiro alemão.

Os capitalistas mantêm a ganância no aparelhamento da guerra, enquanto as massas vêm degradadas suas condições de vida, e se agrava a desigualdade social. 44% dos alemães estão sob ameaça de cair abaixo do índice de pobreza (na Europa, o limiar da pobreza é de 1.074 euros), segundo dados de 2022: duas vezes a mais que em fins dos anos 1990. Os empregos “altamente qualificados” cresceram, mas sem que os salários acompanhem a inflação; enquanto os “menos qualificados” (que envolvem

tarefas com ferramentas manuais e um esforço físico maior) retrocedem em termos absolutos e são mais afetados pelo rebaixamento salarial. O que se reflete, todavia, na diferenciação nas condições de vida entre o leste e oeste do país. Os assalariados do leste – que compõem grande parte do trabalho mais precário, junto dos imigrantes – consideram que a estabilidade nos empregos e o acesso aos serviços eram melhor garantidos na antiga república “comunista”.

O essencial da conjuntura reside em compreender que o continuísmo da burguesia e seu governo em manter enviando toneladas de armas e equipamentos militares para a Ucrânia reporta gigantescos lucros à indústria militar e ao capital financeiro, enquanto continuam retrocedendo as condições de vida das massas nacionais. São essas condições objetivas que têm impulsionado uma alta da luta grevista em defesa dos salários e empregos. A greve geral dos transportes no mês passado mobilizou mais de 300 mil trabalhadores, e paralisou quase completamente o país. Os grevistas exigiam imediato aumento dos salários em 12%, enquanto a patronal ofereceu 5%. O funcionalismo público também ameaça entrar em greve, se o governo não conceder um aumento de 10,5%, porém, ele oferece apenas 4% e uma bonificação. Esse movimento grevista da classe operária e dos assalariados acontece no momento em que surgem, por todo o país, manifestações políticas pelo fim do envolvimento na Guerra, tendência essa que tem sido observada também na República Tcheca, na França e em outros países.

A vanguarda com consciência de classe está colocando perante a tarefa imediata de ajudar a impulsionar a coordenação dessas lutas e projetá-las sob um programa unificado de reivindicações econômicas e políticas. A luta econômica pelas reivindicações mais elementares está intimamente ligada à luta política contra o governo, pelo fim do envio de armas, equipamentos e recursos financeiros para sustentar a guerra imperialista contra a Rússia. Trata-se, assim, de mostrar às massas que a burguesia não se importa com a perda de dezenas de milhares de vidas humanas, se pode manter seus lucros, inclusive à custa do aumento da carestia de vida para as mais amplas massas nacionais. Nesse sentido, cobram especial importância as bandeiras de “Fim do financiamento da guerra imperialista contra Rússia!”, “Nenhum centavo a mais para os mercadores da morte!”, “Boicote ao envio de armas e munições!”, “Controle operário da indústria bélica!”, dentre outras tantas, que permitem abrir os olhos do proletariado e oprimidos alemães à necessidade de que todos os recursos industriais e financeiros sejam orientados a elevar as condições de vida e de trabalho das massas exploradas e oprimidas. Como essa luta choca invariavelmente com os interesses capitalistas e seu governo, vai ficando mais claro que, sem derrubar e expropriar a burguesia, instaurando a propriedade estatal e a planificação sobre a economia nacional, as massas seguirão pagando com seu sangue pela preservação do capitalismo moribundo e podre. ●

ISRAEL

Governo ultradireitista manobra com a Reforma Judicial para continuar massacrando e reprimindo os palestinos

Nas últimas semanas, a Força Aérea de Israel bombardeou instalações do Hamas na Faixa de Gaza e no Líbano. Segundo o governo sionista, os ataques foram em resposta ao lançamento de múltiplos foguetes contra seu território, realizados pela Jihad Islâmica (desde Gaza), e Hamas (desde o Líbano). A Jihad Islâmica e o Hamas afirmaram que atacaram em resposta à brutal repressão contra palestinos na Mesquita de Al-Aqsa (terceiro local mais sagrado do Islã), durante o mês sagrado do Ramadã, e pelos assassinatos de palestinos em Nablus e Jericó (West Bank). Hezbolá, a mais numerosa e bem armada milícia da região, ameaçou atacar Israel, se continuar os ataques e massacres contra palestinos.

A repressão contra os palestinos dentro da Mesquita foi desfechada por resistirem a abandonar as orações e o jejum que precedem o encerramento do Ramadã. Netanyahu justificou-a pela suposta preocupação de que “terroristas” se aproveitariam da concentração religiosa para realizar atentados contra civis judeus. Porém, também se impediu que os cristãos ortodoxos se aproximassem do Santo Sepulcro, e se impediu os fiéis de marcharem em celebração pela Páscoa Ortodoxa. Durante os festejos da Pascoa Judia (Pessach), os fiéis judeus puderam exercer livremente seu direito de livre manifestação e culto religioso, protegidos pela força policial sionista, enquanto palestinos e cristãos eram cerceados de fazê-lo. A “preocupação” com terroristas não passa de manobra retórica para acobertar a discriminação cultural e religiosa. É bem conhecida a defesa do suposto “direito divino” e “histórico” do povo judeu de dispor a seu bel prazer de um local sagrado para as três religiões, assim como é invocado também para colonizar terras e expulsar palestinos de seus territórios ancestrais. Não por acaso, ainda está pendente de aprovação a lei que visa a transformar a religião judia em religião de estado, e já foi votada a lei “antiterrorista”, que militariza a Palestina em benefício do colonialismo da burguesia sionista.

Os ataques contra Gaza e Líbano, bem como a repressão contra muçulmanos durante o Ramadã, foram condenados por todos os governos árabes. A declaração conjunta seguiu a uma condenação da ONU (sob orientação dos EUA) à construção de assentamentos de colonos judeus nos territórios usurpados aos palestinos, e precede uma reunião convocada da Liga Árabe que incluirá, após muitos anos, a Síria (inimiga declarada de Israel). O reatamento das relações de países adversários e confrontados historicamente indicou o quanto as negociações chinesas para reatar as relações diplomáticas entre Irã e Arábia Saudita estão alterando o equilíbrio e as relações favoráveis ao imperialismo e o sionismo. Os EUA tiveram de condenar seu aliado porque temem que o avanço chinês acabe destruindo as relações de submissão dos países árabes construídos por décadas. Assim, abriu-se passagem à confluência política de milícias e países árabes adversários, que favorece, ainda que conjunturalmente (os governos árabes costumam negociar com o sionismo, e as milícias acabam, cedo ou tarde, dissolvendo alianças

por seus interesses particulares), os levantes de massas palestinas nos territórios ocupados.

A essa “frente externa” desfavorável ao governo sionista combina-se a crise política na “frente interna”. A divisão política inter-burguesa pelo curso da Reforma Judicial impede o governo ultradireitista de avançar em seu objetivo de centralizar ditatorialmente as instituições do Estado burguês. Foi sob pressão dos maciços protestos e da burguesia sionista e imperialista, que reclama do governo que dê respostas imediatas à crise econômica nacional e social, que Netanyahu decidiu engavetar (provisoriamente) a aprovação da Reforma, pelo menos até alcançar consenso para sua alteração. Mas, também reincorporar (após demiti-lo) o Ministro Defesa, Yoav Gallant, que tinha criticado a Reforma.

O certo é que o recuo sobre a Reforma Judicial é uma manobra visando a estabilizar a “frente interna” para, desse modo, continuar a ofensiva colonial e genocida do sionismo contra os palestinos. Enquanto Netanyahu dava um passo atrás com a Reforma, dava um passo à frente, aprovando a formação da Guarda Nacional, sob a direção do Ministro ultradireitista Ben Gvir, formando um corpo paramilitar especializado para a intervenção e repressão aos palestinos nos territórios ocupados.

O que assinalamos acima demonstra que o Estado sionista continuará a tratar qualquer revolta das massas palestinas oprimidas como “terrorismo”. Diferentemente, os revolucionários as consideram como manifestações instintivas da luta pela autodeterminação nacional, pelo fim do colonialismo sionista e as discriminações, apesar das deformações do obscurantismo religioso e dos interesses burgueses ou sectários das direções árabes-palestinas. Eis porque insistem em que os explorados judeus – que sabem pela sua própria experiência o que é sofrer os horrores das perseguições por questões de raça ou religião – não podem, nem devem apoiar ou se calar perante qualquer manifestação da opressão nacional, social e religiosa. E que devem entender que a Reforma Judicial que combatem é uma das manifestações da ditadura burguesa que desgraça principalmente os palestinos, mas também os judeus assalariados.

Por isso, a vanguarda com consciência de classe deve ajudar a impulsionar uma luta conjunta dos explorados judeus e palestinos contra o Estado sionista, defendendo a plena igualdade de direitos, o fim de toda opressão nacional e religiosa, unindo-os sob um programa de reivindicações comum. O que exige dar uma luta árdua, paciente e constante contra o governo e a burguesia sionista, assim como os preconceitos religiosos por ela disseminados, sem deixar de lado aquela que separa as massas das direções nacionalistas islâmicas. Assim é que se dará um passo objetivo na formação de uma direção revolucionária, que encarnará o programa da destruição do estado burguês de Israel, sobre cujos escombros se erguerão o Estado operário e o governo operário e camponês, que abrirão caminho ao fim de toda e qualquer discriminação e opressão. ●